

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**SUCCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA
NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM MATO GROSSO
DO SUL**

FABIANO GRETER MOREIRA

DOURADOS/MS

2014

FABIANO GRETER MOREIRA

**SUCCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA
NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM MATO GROSSO
DO SUL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, para obtenção do Título de Mestre em Agronegócios.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Madalena Maria Schlindwein

DOURADOS/MS

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

Fabiano Greter Moreira

**SUCCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:
UM ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA
NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM MATO GROSSO
DO SUL**

BANCA EXAMINADORA

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Madalena Maria
Schlindwein - UFGD
Profa. Dra. Jaqueline Severino da
Costa - UFGD
Prof. Dr. Moacir Piffer –
UNIOESTE**

DOURADOS/MS

2014

FABIANO GRETER MOREIRA

**SUCESSÃO DA GESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO
NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA EM
MATO GROSSO DO SUL**

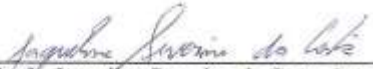
Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios, com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados.


Dourados (MS), 27 de novembro de 2014.

Profa. Erlaine Binotto, Dra.
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:


Profa. Madalena Maria Schlindwein, Dra. (Orientadora)
Universidade Federal da Grande Dourados


Profa. Jaqueline Severino da Costa, Dra.
Universidade Federal da Grande Dourados


Prof. Moacyr Piffer, Dr.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os agricultores familiares do Projeto de Assentamento Santa Olga, pela confiança e paciência ao me receberem em seus lotes nesta pesquisa.

Dedico, ainda, a todos os pequenos produtores rurais de nosso país. Que esta pesquisa institua subsídios para a permanência do homem no campo, bem como suas tradições e hábitos adquiridos ao longo da história.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que conduziu os meus passos, me deu forças e sabedoria e sempre iluminou o meu caminho, mesmo nos momentos mais difíceis, em que batia o cansaço e o sono. Ele me levantou e me guiou até aqui.

À minha família, que sempre me incentivou na busca do conhecimento. De forma especial e carinhosa, agradeço a minha namorada, Luciana Codognoto da Silva, que sempre esteve ao meu lado, me fortalecendo e me apoiando, com sua sabedoria e atenção, durante as limitações, angústias e alegrias desta jornada acadêmica.

A minha orientadora, professora Dra. Madalena Maria Schlindwein, por confiar em meu trabalho e por me conduzir os caminhos desta pesquisa e despertar em mim o desejo de continuar trilhando esse caminho. Muito obrigado, Professora, pela oportunidade de trabalhar com você.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, pelo conhecimento compartilhado. Em especial, agradeço à professora Dra. Jaqueline Severino da Costa e ao professor Dr. Moacir Piffer, da Unioeste/Toledo, pelas contribuições durante as bancas de qualificação e defesa desta dissertação.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse findar mais essa etapa de minha vida, fator de alegria e superação, diante dos vários obstáculos e virtudes de uma caminhada que está apenas começando.

RESUMO

A permanência e a continuidade das pequenas propriedades no Brasil, sobretudo na Agricultura Familiar, dentro dos assentamentos rurais, não são apenas um desafio, mas a sobrevivência do campo como história de desenvolvimento rural e social e, ainda, a produção local de alimentos de uma sociedade. A migração do campo para a cidade é uma realidade, pois a busca de melhores condições de rendimentos, de estudos para os mais jovens e a ausência de aptidão pelo campo por parte de alguns produtores geram a não permanência e/ou somente um local de moradia tranquila, sossegada e/ou apenas de descanso nos finais de semana. A pesquisa objetivou analisar a percepção dos agricultores sobre a Sucessão da Gestão na Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento (PA) Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul. A metodologia utilizada neste estudo está baseada em um estudo de caso, com coleta de dados por meio da aplicação de questionários aos assentados visitados, totalizando 120 lotes. Os principais resultados mostram que a percepção de sucessão dos assentados do PA Santa Olga sobre a preparação de sucessores nos lotes é pequena e a grande maioria dos produtores ouvidos durante esta pesquisa não realiza nenhuma estratégia de continuidade, as fontes de rendimentos são complementadas com atividades não agrícolas, a carência de assistência técnica rural aos assentados são fatores de descaso pelos órgãos competentes e a ausência de cooperação dos produtores desestimula as organizações coletivas no assentamento. Os discursos dos agricultores familiares se convergem ao tratar sobre a sucessão da gestão na propriedade, pois o processo sucessório define não somente o futuro daquele lote, mas os discursos sociais, culturais e políticos de uma comunidade local.

Palavras-Chave: Continuidade e permanência. Desenvolvimento local. Políticas públicas no campo.

ABSTRACT

The permanence and continuity of small farms in Brasil, especially in Family Agriculture within the rural settlements are not only a challenge, but the survival of the field as history of rural and social development and also the local food production of a society. Migration from the countryside to the city is a reality, as the search for better income conditions, studies for the young and the lack of fitness the field by some producers generate the non-permanence and / or only one place of residence peaceful, quiet and / or just rest on weekends. The research aimed to analyze the perception of farmers on the Succession Management in Family Farming in the Settlement Project (PA) Santa Olga, located in Nova Andradina in Mato Grosso do Sul. The methodology used in this study is based on a study case, with data collection through the use of questionnaires to visited settlers, totaling 120 lots. The main results show that the perception of succession of the PA Santa Olga sitting on preparing successors in lots is small and the vast majority of producers heard during this research takes no continuity strategy, the sources of income are complemented by activities not agricultural, lack of technical assistance to rural settlers are neglect factors by the competent bodies and the lack of cooperation of producers discourages collective organizations in the settlement. The speeches of the family farmers converge to treat about succession management in the property because the succession process not only defines the future of that lot, but the social discourses, cultural and political of a local community.

Key Words: Continuity and permanence. Local development. Public policies in the field.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Município de Nova Andradina no âmbito de Brasil e estado de Mato Grosso do Sul	44
Figura 2 - Mapa do Projeto de Assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS	46
Figura 3 - Mapa dos Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul criados pelo INCRA e/ou pelo Governo Estadual (1980-2009)	51
Figura 4 – Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (até 01 S M)	63
Figura 5 – Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (mais de 01 S M a 02 S M)	64
Figura 6 – Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (mais de 02 S M a 03 S M)	65
Figura 7 – Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (mais de 03 S M)	66
Figura 8 - Produtos, culturas, animais e outras atividades do campo que geram renda aos assentados	67
Figura 9 - Percentual de Produtores do Assentamento Santa Olga que estão preparando um Sucessor para a Gestão da Propriedade	69
Figura 10 - Nível de Escolaridade dos possíveis Sucessores do Assentamento Santa Olga ...	71
Figura 11 - Percentual de Recebimento de Assistência Técnica Rural dos assentados do PA Santa Olga	75

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Total de projetos, área, capacidades e famílias assentadas no Brasil, em Mato Grosso do Sul e Nova Andradina, no ano de 2014	51
Tabela 2 - Total de estabelecimentos e área da Agricultura Familiar e Não Familiar, no município de Nova Andradina	53
Tabela 3 - Total de projetos, área, capacidades e famílias assentadas de forma analítica no município de Nova Andradina, no ano de 2014	54
Tabela 4 - Estrutura da divisão do uso da terra no Assentamento Santa Olga, no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul	56
Tabela 5 - Quantidade de moradores por família nos lotes do Assentamento Santa Olga	57
Tabela 6 - Quantidade de moradores residentes no Assentamento e o sexo da população pesquisada	58
Tabela 7 - Nível de escolaridade dos proprietários responsáveis pelos lotes e demais residentes no Assentamento Santa Olga	59
Tabela 8 - Nível de idade dos proprietários responsáveis pelos lotes e demais residentes no Assentamento Santa Olga	60
Tabela 9 - Rendimentos mensais das famílias residentes no Assentamento Santa Olga	62
Tabela 10 - Fontes de rendimentos das famílias residentes no Assentamento Santa Olga	62
Tabela 11 - Ocupação atual dos possíveis Sucessores no Assentamento Santa Olga	71

Tabela 12 - Destino das propriedades, a partir das respostas dos Responsáveis pelos lotes do Assentamento Santa Olga, caso não ocorra sucessão 73

Tabela 13 - Análise de participação dos assentados na Associação/Cooperativa do Assentamento Santa Olga 74

Tabela 14 - Dificuldades enfrentadas nos lotes do Assentamento Santa Olga e as melhorias sugeridas pelos assentados 76

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAOLGA	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATER	Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural de cada Estado
FAE	Federação da Agricultura do Estado
FETAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETAGRI/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à Pastoral a Terra
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPADES	Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCE	Organização das Cooperativas de cada Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPROTUR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O problema e sua importância	16
1.2 Justificativa	19
1.3 Objetivos	21
1.4 Estrutura do trabalho	21
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	22
2.1 Trajetória teórica da gestão empresarial	22
2.2 Desenvolvimento local na Agricultura Familiar: espaço, territórios e multiterritorialidades	26
2.3 Reforma agrária e Agricultura Familiar	29
2.4 Gestão e processos sucessórios	32
2.5 Políticas públicas de apoio ao pequeno produtor	40
3 METODOLOGIA	43
3.1 Área de estudo	44
3.2 População estudada e fonte de dados	47
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
4.1 Agricultura Familiar e a Não-Familiar e projetos de Assentamentos no Brasil, em Mato Grosso do Sul e no município de Nova Andradina	50
4.2 Caracterização sócio demográfica do projeto de Assentamento Santa Olga	55
4.3 Caracterização de Sucessores e não Sucessores do Projeto de Assentamento Santa Olga e a gestão organizacional dos assentados	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	88

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2014), a Agricultura Familiar é uma das atividades econômicas mais importantes do mundo, pois além de ser a responsável pela produção da maior parte dos alimentos, concentra cerca de 03 bilhões de pessoas em sistemas de produções familiares. Por isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 2014 como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”. Estes produtores representam mais de um terço da população mundial e produzem cerca de 70% dos alimentos que são consumidos no planeta.

No Brasil, quando se fala em produtos que estão diariamente à mesa dos brasileiros, pode-se dizer que eles são predominantemente advindos da “Agricultura Familiar”, que gera empregos para mais de 12 milhões de brasileiros e que representa 74% da mão de obra empregada no campo, mobilizando as economias locais. Além disso, o setor responde por 33% do PIB da agropecuária brasileira e 10% do PIB nacional, com mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais no território brasileiro, com área ocupada de mais de 80 milhões de hectares no país, destacando-se na produção de mandioca (88,3%), feijão (68,7%), leite (56,4%), suínos (51%) e milho (47%), produtos diariamente utilizados, direta ou indiretamente, pelos consumidores e agroindústrias no país (MDA, 2014).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Agropecuário de 2006, revelou que o estado de Mato Grosso do Sul possui 64.862 estabelecimentos rurais, destes, a grande maioria, aproximadamente 63%, pertence à Agricultura Familiar (IBGE, 2006).

Segundo Lourenzani *et al.* (2008), a Agricultura Familiar tem assumido, ao longo do tempo, um papel socioeconômico de grande relevância no âmbito do agronegócio brasileiro. Seu desenvolvimento é entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente mais justa. Para tanto, existem, segundo os autores, fatores que afetam significativamente o desempenho dos empreendimentos rurais, muitos dos quais fogem do controle da unidade de produção, enquanto outros, como a gestão da produção, estão mais diretamente vinculadas ao seu controle.

A Agricultura Familiar não é um termo novo, mas passou a contemplar novas significações ao propor um tratamento mais analítico de sua terminologia, o que possibilitou sua ampliação nas discussões acadêmicas, nas políticas de estado e no âmbito dos movimentos sociais (DAL SOGLIO; KUBO, 2009). Assim, a disponibilização de métodos gerenciais, apropriados para a Agricultura Familiar, visa contribuir para a promoção da

sustentabilidade econômica desses empreendimentos. Nesse contexto, a gestão nas propriedades rurais exige, cada vez mais, eficiência no gerenciamento de melhores formas de organização, bem como a estabilização das famílias na região em que estão inseridas.

1.1 O problema e sua importância

O êxodo rural ainda persiste, pois, muitos produtores buscam uma vida nova na cidade e/ou em outras atividades que lhes forneçam melhores condições de vida e/ou salário, fator que pode contribuir para a falta de futuras gerações na gestão das propriedades rurais, em especial no âmbito da agricultura familiar. Em decorrência disso, nos últimos anos, importantes discussões acadêmicas vêm sendo suscitadas no contexto dos empreendimentos rurais presentes no país.

Para Curioni (2009), esta migração se dá mediante a busca de melhores condições de vida e emprego, em virtude de crises socioeconômicas e da redução de vagas de trabalho no campo, intensificadas pela falta de infraestrutura e renda, fatores fundamentais para a motivação da migração campo-cidade. De acordo com Spanevello (2012), a permanência dos filhos na condição de sucessores familiares pode ser compreendida por meio de dois momentos. No primeiro, até a década de 1970, as possibilidades sucessórias eram maiores; no segundo período, no século XXI, a continuidade das propriedades passa por mudanças, especialmente em decorrência do maior fluxo migratório juvenil, podendo não haver a sucessão.

Camarano e Abramovay (1999) comentam que, dentre os estudos realizados sobre os movimentos migratórios rurais, estão presentes temas, como o envelhecimento e a predominância de pessoas do sexo masculino na população que vive no campo, prevalecendo, cada vez mais, a saída dos jovens do meio rural. Nas concepções de Woortmann (1990), a migração não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução social. O autor cita ainda três modalidades de migração: a migração do pai, a emigração definitiva e a migração pré-matrimonial. A primeira modalidade assegura a permanência do pai na hierarquia da família; a segunda trata da emigração definitiva, que faz com que alguém da família permaneça para manter a propriedade; e a terceira modalidade é o momento em que o jovem constitui uma família.

Na literatura, as contribuições para a delimitação conceitual da Agricultura Familiar têm se apoiado nos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, dentre os quais, cita-se: a área do estabelecimento ou empreendimento rural que não deve exceder quatro módulos fiscais¹; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas deve ser predominantemente da própria família; a renda familiar deve ser exclusivamente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento deverá ser dirigido pela família (IBGE, 2006).

Amparado nesta discussão, a delimitação conceitual da Agricultura Familiar tem se apoiado em duas principais vertentes: a primeira, que considera que a moderna Agricultura Familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações e experimentada pelas sociedades capitalistas desenvolvidas; a segunda, que defende ser a Agricultura Familiar no Brasil um conceito em evolução, com significativas raízes históricas, conforme apontam os estudos de Tedesco (1999). Em direção aos pressupostos apregoados pela segunda vertente, Huges Lamarche (1993) e Nazareth Wanderley (1999) definem a Agricultura Familiar como um conceito genérico, que incorpora diferentes situações, sendo o campesinato uma dessas formas diferenciadas de trabalho e de produção no campo.

Para Camarano e Abramovay (1999), a população rural brasileira atingiu seu maior número populacional no ano de 1970, com 41 milhões de habitantes, o que correspondeu, na época, a 44% do total da população brasileira. Desde então, o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando, em 2010, a um total de 29,8 milhões de habitantes ou 18,5% do total nacional (IBGE, 2010). A redução da participação da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios: no estado de Mato Grosso do Sul, a população rural chega a 352.786 habitantes, representando 16,7%, de acordo com o censo demográfico (IBGE, 2010).

O envelhecimento da população é uma realidade na maioria dos países. Portanto, é evidente que a melhoria da qualidade de vida da população aumente as expectativas de consumo e bem-estar. Entretanto, quando se trata do meio rural, o fenômeno de envelhecimento da população é acompanhado de outro fator, o êxodo da juventude do campo para os centros urbanos, fenômeno que traz consigo o problema da reprodução social da Agricultura Familiar, pois, sem atrativos, o jovem migra para as cidades, fazendo com que a

¹ O conceito de módulo fiscal é derivado da ideia de propriedade familiar. Trata-se de uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais, a forma e as condições do seu aproveitamento econômico. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/perguntas>>. Acesso em: 02 set. 2014. O tamanho do módulo fiscal do município de Nova Andradina é 40 hectares.

faixa etária da população no meio rural seja de pessoas acima de 40 anos, conforme evidenciado nos estudos de Godoy (2010).

Segundo estudos de Petinari *et al.* (2008), os motivos que levam os jovens a abandonarem o campo e, assim, não trabalharem com suas famílias, migrando para os centros urbanos, devem-se, em parte, ao tamanho das propriedades, que geralmente são pequenas, como no caso dos Projetos de Assentamentos. Entretanto, as aptidões e as índoles do próprio jovem e as atratividades das grandes cidades contribuem para que estes busquem novos horizontes e tentem construir vida nova em outro local, motivos que traduzem a importância deste estudo sobre sucessão da gestão no Assentamento Rural.

Vários são os estudos que abordam a sucessão da gestão na Agricultura Familiar no Brasil, com enfoque mais geral nos quesitos da hereditariedade, da transmissão da propriedade, do êxodo rural dos jovens, da masculinização e do envelhecimento dos produtores/produtoras. Dentre eles, destacam-se: Woortmann (1990), Abramovay *et al.* (1998; 2004), Camarano e Abramovay (1999), Carneiro (2001), Costa (2006), Brumer (2007), Petinari *et al.* (2008), Spanevello (2012), Brumer e Anjos (2012), Stropasolas (2013). Além disso, estudos realizados nos Assentamentos Rurais no estado de Mato de Grosso do Sul, que também primam pelos temas de sucessão da gestão, aproximam-se na mesma direção dos trabalhos já mencionados, segundo evidenciado em Dotto (2011) e Facioni (2013).

Em pesquisas realizadas sobre esta temática no Município de Nova Andradina, encontrou-se um trabalho referente ao Projeto de Assentamento Teijim, realizado por Furlanetto (2012), que pesquisou os frutos do cerrado como potencial de preservação e geração de renda aos assentados como forma sustentável de produção. Já no Projeto de Assentamento Santa Olga, objeto deste estudo, foram encontrados apenas dois trabalhos publicados em anais e periódicos, os quais tratam de assuntos, como o desenvolvimento local e segurança alimentar nos municípios que compõem o Consórcio de Segurança Alimentar do Vale do Ivinhema (SILVA *et al.*, 2010) e outro trabalho que destaca o circuito curto de produção e comercialização de produtos da Agricultura Familiar (ANDRADE *et al.*, 2011). Durante o levantamento de dados para esta pesquisa, não foram identificados estudos relacionados à temática da sucessão na gestão da Agricultura Familiar no âmbito dos Projetos de Assentamentos no município pesquisado.

Para tanto, é de alta relevância o estudo dos aspectos inerentes às deficiências da gestão e dos processos sucessórios na Agricultura Familiar no município de Nova Andradina, situado no interior do estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que nesse cenário também se encontram presentes os aspectos culturais, políticos e econômicos necessários para a

importante demarcação de uma forte cadeia produtiva na região, que será abordada neste estudo.

Desta forma, fica evidente a importância deste estudo e da problemática da sucessão da gestão nos empreendimentos familiares, sobretudo na esfera da Agricultura Familiar, tanto para o âmbito socioeconômico, quanto para a região de Nova Andradina. A sucessão da gestão deve ser tratada antes mesmo de se ter um sucessor, pontuando a intenção e o que se deve fazer para que aconteça a continuidade da propriedade, diferindo de todos os trabalhos já realizados, os quais enfocaram a migração e/ou a continuidade dos jovens no meio rural. Neste sentido, faz-se o seguinte questionamento nessa pesquisa: Quais são as perspectivas referentes à sucessão da Gestão nas propriedades rurais no Projeto de Assentamento Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, região sudeste do estado de Mato Grosso do Sul?

1.2 Justificativa

A questão geral na elaboração do problema de pesquisa deste estudo relaciona-se à sucessão da gestão nos estabelecimentos rurais no âmbito da Agricultura Familiar. Busca-se entender como é realizado esse processo e quais são as condições que influenciam a permanência ou não dos seus sucessores. Aborda-se a questão da continuidade dos familiares, de acordo com as condições econômicas e sociais transmitidas pelos agricultores a seus filhos, e as formas de estimular a sua permanência no campo.

A relevância desse trabalho está em demonstrar a importância do resgate do papel do homem e da mulher do campo como atores sociais influentes ao longo da história da produção agrícola do Brasil. A escolha dessa temática de pesquisa ocorre em virtude da clara realidade do êxodo rural no Brasil, fator que compromete a cadeia produtiva, que faz parte da história das famílias no campo. A Sucessão da Gestão na Agricultura Familiar deve ser encarada não somente como uma continuidade da produção rural, mas como busca de formas de trabalho e de diversificação de produção, bem como dos fatores econômicos e sociais inseridos no município de sua origem.

Muito se tem falado sobre a expansão de cursos que visam às capacitações e consultorias neste setor de produção, mas pouco se tem estudado sobre as formas como acontece o processo de sucessão na gestão do agronegócio em locais considerados periféricos geográfica e economicamente no Brasil. Logo, é a partir destas indagações que surge o

interesse em dar voz às pessoas que, por muito tempo, foram pouco ouvidas, tanto acadêmica quanto socialmente e, acima de tudo, registrar importantes locais ainda pouco explorados em termos de pesquisas, como é o caso do contexto abordado neste estudo.

O município de Nova Andradina está localizado nos limites físicos das divisas dos estados de São Paulo e Paraná. Conta com um número populacional estimado de 50.010 habitantes (IBGE, 2014) e passou a ser reconhecido como um importante pólo de exportação pecuária da região Centro-Oeste do Brasil e para alguns países árabes como Egito, Arábia Saudita, Líbano, entre outros. Desde 2010, percebeu-se a instalação de um considerável número de Indústrias Sucroenergéticas na região. Ademais, o município de Nova Andradina tem se apresentado como umas das maiores bacias leiteiras do estado de Mato Grosso do Sul, mas pouco se tem feito para promover a permanência do produtor no campo e o futuro da cadeia produtiva, posto que importante parcela da produção agropecuária da região tem cedido lugar às novas tecnologias e às novas formas de produção.

Para tanto, é relevante a problematização dos aspectos que fazem referência à sucessão e à estruturação das formas de gestão nas propriedades rurais no contexto supracitado. Uma vez que, neste cenário também se encontram presentes os aspectos culturais, políticos e não somente os econômicos, necessários para uma importante demarcação de uma forte cadeia produtiva na região.

Para Silvestro (2001), a sucessão aparece como tema intrínseco à realidade das famílias, as quais tomam decisões sem qualquer tipo de orientação profissional. Por isso, os processos sucessórios devem ser discutidos e organizados pelos próprios movimentos sociais no campo, de modo que tudo isso contribua para organizar a política fundiária específica às regiões de preponderância da Agricultura Familiar.

Outro fator delimitador desta pesquisa é a temática que será explorada, pois os estudos já realizados priorizaram a questão sucessória apenas dos jovens, buscando a sua intenção e o seu interesse de continuar ou não a vida no campo. Este trabalho segue a orientação de “gestão”, ou seja, conforme os autores que tratam da sucessão e gestão familiar (LODI, 1987; RICCA, 2007; COSTA, 2006; CARNEIRO, 2001), a sucessão inicia-se no berço familiar, ou seja, o responsável da família atribui responsabilidades e tarefas aos membros e é ele quem prepara e incentiva a futura geração que vai administrar a propriedade, proporcionando os subsídios necessários para iniciar as atividades e as escolhas adequadas para promover a sustentabilidade familiar. Lembrando que, cada membro tem suas aptidões e seus interesses pessoais, mas a vida no campo se apresenta ao sucessor por meio do responsável daquela propriedade.

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar a percepção dos agricultores sobre a Sucessão da Gestão na Agricultura Familiar no Projeto de Assentamento (PA) Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, interior do estado de Mato Grosso do Sul.

Especificamente, pretende-se:

- Descrever a Agricultura Familiar e Não Familiar em termos de estabelecimentos e área para o Brasil, para o estado de Mato Grosso do Sul e para o município de Nova Andradina;
- Caracterizar e analisar os fatores demográficos e socioeconômicos da população residente no Assentamento Santa Olga, destacando fatores, como: a composição familiar, as atividades produtivas e o rendimento gerado;
- Mensurar e identificar a intenção de sucessão familiar no Assentamento Santa Olga.

1.4 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em quatro partes, além desta breve introdução. No segundo item apresenta-se a revisão bibliográfica e teórica, com o intuito de evidenciar os processos sucessórios da gestão no âmbito da Agricultura Familiar, a gestão das propriedades rurais e o desenvolvimento local e regional de seus territórios. Em seguida, destaca-se a utilização do método da pesquisa, como um estudo de caso, com pesquisa de campo e de literatura, por meio de aplicação de questionários no Projeto de Assentamento Santa Olga. Com os resultados e discussões, apresentam-se a Agricultura Familiar no Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul e no município de Nova Andradina, a caracterização dos fatores demográficos e socioeconômicos da população do Assentamento pesquisado e as perspectivas de sucessão da gestão da propriedade expostas pelos responsáveis das famílias assentadas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica refere-se à análise dos aspectos teóricos e empíricos que envolvem a temática desta pesquisa. Será destacada a trajetória da gestão empresarial, priorizando os conceitos de gestão e as teorias administrativas e uma revisão teórica sobre desenvolvimento local e regional e suas aplicações e potencialidades. Em seguida, a revisão de literatura abordará o papel da organização, da reforma agrária, dos conceitos de Agricultura Familiar, da gestão, dos Assentamentos Rurais, dos processos sucessórios no mundo, no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, da gestão na sucessão familiar e do desenvolvimento local da Agricultura Familiar.

2.1 Trajetória Teórica da Gestão Empresarial

A palavra Gestão vem do latim [gerentia, de gerere, ‘fazer’], que significa ato de gerir, as funções do gerente, gestão, administração, ou seja, administrar negócios públicos e particulares diante de um conjunto de princípios, normas e funções, que tem por finalidade ordenar os fatores de produção, os controles de sua eficiência e eficácia, visando obter os resultados desejados e as metas determinadas (MAXIMIANO, 2008).

As teorias e técnicas utilizadas na administração das organizações constituem-se em escolas que orientam a ação dos administradores, diante de seus princípios e doutrinas para resolver problemas práticos. A administração começou a nascer como corpo independente de conhecimentos na Europa do século XVIII, durante a Revolução Industrial. Naquela época, as primeiras fábricas modernas começaram a colocar em prática diversos conceitos que se tornariam universais nos séculos seguintes. Um desses conceitos era a divisão do trabalho. A partir do início do século XX, a organização eficiente do trabalho nas empresas tornou-se a base do desenvolvimento da teoria e da prática da administração. Maximiano (2008) traz o enfoque das principais ideias e teorias da escola clássica de administração do século XX, como destaca o Quadro 1.

Frederick Taylor Administração Científica	Henry Ford Linha de Montagem	Henri Fayol Processo de Administração	Max Weber Teoria da Burocracia
<ul style="list-style-type: none"> * Aplicação de métodos de pesquisa para identificar a melhor maneira de trabalhar. * Seleção e treinamentos científicos de trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> * Especialização do trabalhador. * Fixação do trabalhador no posto de trabalho. * Trabalho (produto em processo de montagem) passa pelo trabalhador. 	<ul style="list-style-type: none"> * Administração da empresa é distinta das operações de produção. * Administração é processo de planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar. 	<ul style="list-style-type: none"> * Autoridade tem a contrapartida da obediência. * Autoridade baseia-se nas tradições, no carisma e em normas racionais e impessoais. * Autoridade burocrática é base da organização moderna.

Quadro 1: Os primeiros clássicos da escola de administração, com suas teorias e seus princípios organizacionais.

Fonte: Elaboração própria a partir de Maximiano (2008).

No Quadro 1 Max Weber relata que, todas as organizações existem pelo principal motivo, alcançar objetivos, por meio de ações coordenadas de grupos de pessoas, sejam organizações formais, regidas por regulamentos ou grupos sociais informais, regidos por relações pessoais.

As atividades gerenciais das organizações nascem com a teoria administrativa de autoria de Henri Fayol (1841-1925), que definiu várias funções administrativas para organizar a administração das empresas, de maneira que, os seus princípios como divisão do trabalho, autoridade, disciplina, unidade de comando, unidade de direção, remuneração, ordem, espírito de equipe, equidade e outros se concentrem na estrutura organizacional, compreendendo as funções de planejamento, organização, comando, coordenação e controle da posição gerencial das empresas (MONTANA; CHARNOV, 2010).

Além da teoria administrativa idealizada por Fayol, citada por Montana e Charnov (2010), Maximiano (2008) descreve a administração científica liderada por Frederick Winslow Taylor, que tinha como princípio o estudo da racionalização do trabalho, além de pesquisar o tempo do trabalho e sua influência na eficiência da produção e a melhoria do processo no que concerne o relacionamento de pessoal e a redução de desperdícios. Em seguida, destaca o autor que, o papel de Henry Ford e sua linha de montagem, com a

uniformidade das atividades e peças, eram o de promover o trabalho especializado e a origem do controle de qualidade.

Ao lado de Taylor, Henri Fayol definiu o papel do gerente, ou seja, os princípios de administração com enfoque nos processos de planejar, organizar, dirigir e controlar, criando o conhecimento administrativo moderno e a estrutura hierárquica da organização. Para concluir os autores clássicos da escola de administração, surge o pesquisador das organizações formais, Max Weber, que fez estudos pioneiros sobre as burocracias representadas por todas as organizações que possuem um tipo ideal de exercer a dominação por meio das leis, regras de autoridade e disciplina, independentes dos interesses pessoais, seguindo uma lógica impessoal (MAXIMIANO, 2008).

O autor comenta que o ato de gerir uma organização é o processo dinâmico de tomada de decisão e a realização de ações por meio de princípios interligados e/ou funções gerenciais, com enfoque funcional, cujo idealizador foi o engenheiro francês Henri Fayol, que salientou o modelo de organização concentrado em cinco processos, a saber: o Planejamento que é a decisão futura da administração presente da organização que procura influenciar as práticas e os objetivos em longo prazo; a Organização é um processo de ordenar os recursos disponíveis para a realização dos objetivos, resultando na estrutura organizacional desta divisão; a Liderança, processo de administração de pessoas, possibilitando a realização das atividades por meio de sua coordenação, direção e participação da equipe para que os objetivos sejam alcançados; a Execução, processo que consiste na realização efetiva das atividades planejadas, seja por meio das pessoas e/ou demais estruturas da organização; e o Controle que visa assegurar a realização dos objetivos e/ou atividades planejadas, comparando os resultados obtidos e o andamento de todos os processos.

Para Motta e Vasconcelos (2010), a boa organização das empresas é condição indispensável para que os objetivos do processo produtivo e do trabalho sejam alcançados. A eficiência do trabalho se dá por meio das divisões de responsabilidades, delegações e centralização de tomada de decisão, obedecendo aos interesses comuns, de forma que o andamento da atividade deverá atender às necessidades da organização e não apenas das pessoas. A administração rural pode ser entendida como o estudo que considera a organização e a operação de uma empresa agrícola, visando o uso mais eficiente dos recursos para obter resultados compensadores e contínuos, conscientemente dirigidos.

A discussão do papel organizacional nas propriedades rurais no âmbito da Agricultura Familiar envolve todas as capacidades e limitações dos produtores rurais em torno de sua gestão, que é caracterizada por suas localidades geográficas e força de vontade em

transformar e melhorar suas condições de vida, através de novos processos e tecnologias, e diante de um cenário calcado na falta de conhecimento e/ou interesse na busca de ferramentas de assistência ao seu negócio.

Assim, para Araújo (2010), desenvolver uma gestão organizada, fortalecer a cadeia produtiva, com novas técnicas e assistências apropriadas, agregar mais conhecimento e atender às necessidades dos produtores rurais contribui para tornar atrativo e viável o desenvolvimento rural e a integração das atividades rurais.

A organização dos produtores rurais dentro da porteira, conforme evidencia Araújo (2010), tem como base os sindicatos locais, denominados, respectivamente, de Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos Rurais, com sede nos Municípios. Em termos de Estados, os sindicatos unem-se na respectiva federação: Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETAF e a Federação da Agricultura do Estado – FAE, com sede na capital de cada Estado. As federações em âmbito nacional estão representadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, com sede em Brasília.

Vilpoux e Oliveira (2011) retratam que a cooperação na Agricultura Familiar, mediante os arranjos com as interações nos mercados, objetiva trabalhar as relações de dependências destes com os intermediários. Para os autores, uma das dificuldades para tal concretização refere-se à atenuada participação das associações e das cooperativas neste processo, fazendo com que o fornecedor procure pontos de referências onde lhes são atribuídos valores mais elevados, substituindo a compra direta aos produtores, seja no campo formal ou informal do capital social.

Para Lourenzani (2006), o desempenho da Agricultura Familiar é determinado por um conjunto grande de variáveis, seja decorrente das políticas públicas e da conjuntura macroeconômica ou de especificidades locais e regionais. O mesmo autor ainda explica que a elaboração de projetos agrícolas para a solicitação de crédito, a tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha da tecnologia a ser adquirida, o processo de compra de insumos, a venda de produtos, o acesso aos mercados e a complexidade de funções, concomitantemente, exigem capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais.

2.2 Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar: espaço, territórios e multiterritorialidades

Furtado (1964, p. 29) destaca que: “[...] o desenvolvimento é um processo de mudança social, pelo qual crescentes necessidades humanas preexistentes ou criadas pela própria mudança são satisfeitas por meio de uma diferenciação do sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”.

Para Amaral Filho (2009), o desenvolvimento regional é um processo de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de fluxo da região, cuja divisão é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a condução de excedentes provenientes de outras regiões, processo que tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local e/ou da região.

Ademais, novos estudos foram realizados sobre o tema “desenvolvimento regional” e, segundo o mesmo autor, citando os estudos de Krugman (1991), o papel dos agentes locais (atores protagonistas) é um fator decisivo no desenvolvimento com suas antecipações, o comportamento futuro da economia local, as tendências determinantes nos estudos específicos das particularidades e de suas dinâmicas organizacionais territoriais locais.

O grau de autonomia comercial, tecnológica e financeira interrelaciona as empresas e os sistemas produtivos locais, entendido como “meio”, de acordo com Amaral Filho (2009). E referindo-se aos trabalhos de Garofoli (1992) nos sistemas industriais da Itália, o autor destaca que os fatores históricos, sociais e culturais estabelecidos nas comunidades e nas instituições locais proporcionam uma coordenação mais eficiente do processo e contribui para a descentralização administrativa, fiscal e financeira entre as instâncias governamentais.

Para Martins (2002, p. 53), “[...] o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente” e não somente participante do desenvolvimento. Isto implica rever a participação das pessoas em todo o processo (do planejamento à ação), devendo resultar tanto em melhorias efetivas das condições materiais de vida como assegurar a continuidade do processo.

O Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES (2010) destaca que o desenvolvimento regional deve ser entendido como uma forma mais adequada para um equilíbrio natural na utilização e dinamização de um território, gerindo, de maneira eficaz, os fatores de desenvolvimento no melhor uso dos recursos e na garantia de uma maior participação dos diferentes atores. O que caracteriza o processo de

desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas, na sua implementação e na autonomia desses agentes no desenvolvimento econômico.

Compartilhando da ideia de Amaral Filho (2009) e Martins (2002), Buarque (1998) comenta que o desenvolvimento local representa uma particular transformação nas bases econômicas e na organização social de uma localidade e/ou unidade territorial, processo endógeno capaz de promover o dinamismo econômico e melhorar a qualidade de vida das pessoas, resultante da mobilização das sinergias da sociedade local. Além disso, as oportunidades sociais e a viabilidade econômica local estão inseridas em uma realidade na qual interage e recebe influências e pressões peculiares, requerendo sempre a mobilização e ações dos atores locais em torno de um objetivo coletivo. Mais precisamente em relação ao objeto de pesquisa deste estudo, Buarque (1998, p. 11), menciona que os Assentamentos Rurais da reforma agrária “[...] são uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada aos Projetos de Assentamentos”, promovendo um dinamismo econômico e social dos produtores rurais locais.

Perante os estudos de Buarque (1998), de Martins (2002), de Furtado (1964) e de Amaral Filho (2009), Sen (2000, p. 02) se refere às pessoas como “[...] agentes da economia e do desenvolvimento”, as quais, por meio de oportunidades sociais adequadas, de liberdades políticas e de facilidades econômicas podem efetivamente moldar fronteiras, construir novos caminhos e participar ativamente da sociedade, contribuindo, assim, na melhoria dos padrões de vida e no desenvolvimento econômico da comunidade a qual pertence sua liberdade.

Segundo Lourenzani (2006), os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitando mais o meio ambiente e, principalmente potencializando a economia dos municípios onde vivem. É relevante ressaltar a importância do dinamismo da economia para o desenvolvimento local. Em regiões e municípios pobres, deve-se perseguir, com rigor, o aumento de renda e da riqueza local por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite, nos mercados globais. Assim, com economia eficiente, competitiva e gerando riqueza local sustentável, pode-se falar efetivamente em desenvolvimento local, segundo bem salientou Buarque (2002).

De acordo com Santos (2005), o desenvolvimento local pode ocorrer em áreas e setores que seguramente apresentam vantagens competitivas a serem desenvolvidas ou exploradas com base em suas potencialidades, desde que sejam criadas externalidades

adequadas. Entretanto, é preciso destacar que os setores e as atividades econômicas mais simples e atualmente não competitivas, devem ser estimulados a alcançar a produtividade e a qualidade, de forma a se tornarem competitivas em médio e longo prazo. A construção da competitividade nos espaços locais aumenta a importância e a necessidade do estado como organizador dos investimentos, que visam às externalidades, com destaque especial para a educação.

Para Raffestin (1993), espaço e território não correspondem ao mesmo valor geográfico, pois o território se forma a partir de um determinado espaço, construído por qualquer ator; já o espaço é dado, ou seja, um local de possibilidades que o ator pode praticar ou manifestar sua intenção de se apoderar dele. Ainda nas palavras de Raffestin (1993), o espaço é representado pelo modo de produção e suas utilidades sociais, construídas nas relações de poder de cada sistema topográfico. Os indivíduos ocupam pontos no espaço de maneira econômica, política, social e cultural. Estão distribuídos de forma aleatória, regular ou concentrados e organizados por um campo de operação, de acordo com sua estrutura e suas relações de poder neste território. Este território produzido no espaço possui um limite, que é manifestado em uma determinada área em que é preciso delimitar as operações de acordo com as relações estabelecidas entre o espaço e os atores envolvidos.

O mesmo autor comenta, ainda, que os atores agem de modo a manter as relações de poder, assegurando funções de controle e influências sobre os demais envolvidos na rede de organização territorial e diante de um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e/ou culturais, combinados por mudanças no arcabouço social e diante de um domínio do espaço e das relações de poder daquele sistema territorial. Logo, a construção do território nasce a partir de relações de espaço, sociedade e tempo do vivido territorial e, sobretudo por intermédio de um sistema de relações existenciais/produativas. Os atores, com seus comportamentos associados à organização do espaço, a sociedade em que estes se manifestam em todas as escalas espaciais, sociais e tecidas pelas relações de poder, e a conduta adotada por cada sujeito em posse de um território, compõem o senso de identidade, de exclusividade e de interação humana no espaço, concebendo a territorialidade deste sujeito, ligada no espaço homem-meio (RAFFESTIN, 1993).

Com base nos estudos de Raffestin (1993), Santos (1996) destaca o espaço geográfico como uma ordem técnica científica informacional, por meio das ações globalizadas, constituindo uma razão global e uma razão local. Estas razões no espaço globalizado transportam o universal ao local, através da transformação e intervenção de interesses

unilaterais, que afetam a sociedade e seu território, resolvendo aspectos socioeconômicos globalizados, mas, agravando outros, como problemas sociais e locais territorializados.

Santos (1996) comenta, ainda, que a ação globalizada ou apenas espaços de globalização se associam a normas de espacialização em diversos pontos informacionais, como os pontos econômicos, sociais, políticos e culturais, ações percebidas enquanto desterritorializadas, pois o mundo é um conjunto de possibilidades, estando sujeito às oportunidades e às condições locais. Em suma, o espaço globalizado depende das virtualidades do lugar, agindo como norma neste espaço territorial. A ordem local prima os parâmetros de socialização com base no cotidiano, localmente vivido, reunindo a comunicação interna dos envolvidos, enquanto a ordem global desterritorializada, constituída de um espaço de fatores externos, prima à informação, com parâmetros de razão técnica e operacional, externas à escala do cotidiano. Contudo, cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo e defrontando com o mundo, de acordo com a sua própria ordem.

Para Haesbaert (2001), a territorialidade ou territórios são vistos como uma localização num espaço físico, com identidade cultural e controle espacial onde vivem, conforme suas relações de poder e estratégias identitárias, divididas entre suas relações políticas, econômicas, culturais e sociais, ordenadas no espaço local no qual o indivíduo está inserido. A partir do momento em que ocorre a desmaterialização das relações sociais do indivíduo, surge o enfraquecimento das identidades territoriais, onde a lógica territorial que é mais delimitada e fixa incide para uma lógica mais flexível ou de rede, não se limitando apenas ao território, mas ultrapassando seus limites e fronteiras, definido, por Raffestin (1993), como desterritorialização, entendida enquanto uma superação do espaço pelo tempo. É, pois, nestas relações de poder que se estabelecem a luta pela terra e as analogias envolvendo os aspectos referentes à sucessão da gestão.

2.3 Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Para Martins (2003), a Reforma Agrária num país como o Brasil apresenta-se como um processo de distribuição e redistribuição de terras e de correção cíclica da estrutura fundiária concentracionista. Tal fato implica em estar centrado num projeto político e social de fortalecimento e expansão da Agricultura Familiar, fator que ampliará sua viabilidade, diversificando e multiplicando os mecanismos de acesso a terra.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2011), a Reforma Agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, objetivando atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Essa concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Na prática, a Reforma Agrária proporciona, dentre outras coisas, uma democratização da estrutura fundiária, melhoria na renda das famílias, redução da migração e promoção da cidadania.

De forma diferenciada, Buarque (2002) comenta que, cada vez mais, esse local está sendo intensamente influenciado e impactado por processos globais de mudanças econômica, tecnológica e institucional, que determinam seu futuro, suas dificuldades e oportunidades. Assim, entender a localidade no desenho da economia mundial é uma forma de redução das distâncias físicas e de quebra de fronteiras, buscando o que preconiza o desenvolvimento local que interage e recebe influências, dependendo das próprias capacidades dos atores locais e das suas potencialidades.

O que a Reforma Agrária desenvolvida no país objetiva é a implantação de um novo modelo de Assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Para tanto, se faz necessária à adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região, a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários, o forte envolvimento dos governos estaduais e das prefeituras, a garantia do reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas, a promoção da igualdade de gênero na Reforma Agrária, além do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (INCRA, 2011).

Para Navarro *et al.* (2010), a primeira expressão de Agricultura Familiar ocorreu no ano de 1993 em um seminário sobre políticas agrícolas realizado em Belo Horizonte, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, que deveria designar aquele conjunto de produtores. Ademais, os autores evidenciam ainda que, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, em julho de 1996, a expressão Agricultura Familiar definitivamente se consagrou, institucionalizando tal noção e delimitando, por sua vez e objetivamente, o grupo de produtores sob sua definição.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, sancionada pela Presidência da República, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos

seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais - que varia entre cinco e 110 hectares, dependendo da localidade; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família e, ainda, silvicultores, aquicultores, extrativistas, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam, simultaneamente, a todos os requisitos de que trata a lei supracitada (BRASIL, 2006).

Ao longo dos anos, os Assentamentos se constituíram em um tipo de consagração da luta – a conquista da terra – que logo se desdobraram em novas perspectivas: de produção, renda, moradia e condições dignas de vida, promovendo, portanto, novas frentes que podem ser resumidas na busca por crédito, assistência técnica e infraestrutura física, econômica e social. Para Silva (2011), as políticas públicas aplicadas à orientação dos sistemas produtivos dos Assentamentos Rurais devem ser direcionadas e sustentadas nos seguintes eixos: fomento, extensão rural qualificada e em quantidade suficiente, investimento/logística e segurança alimentar. Dessa forma, podem conduzir a um processo de desenvolvimento econômico-democrático, com a participação dos assentados e das suas organizações.

De acordo com Santos (2011), tais desafios são considerados grandes, embora, em termos tecnológico-produtivos, já exista bastante acúmulo para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Agricultura Familiar no Brasil. O maior deles reside no processo de capacitação e formação dos agricultores e agricultoras. Por isso, a gestão, como desenvolvimento local, precisa ganhar amplitude de cobertura das necessidades e deficiências nos Assentamentos Rurais, exigindo métodos adequados para cada região e/ou localidade, traçando medidas de permanência do homem no campo, como empresário rural e não apenas como assentado.

Neste sentido, Sangalli (2013) evidencia que a Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER prioriza ações educativas, as quais devem ser desenvolvidas de forma participativa e direcionadas para os agricultores familiares tradicionais ou de Assentamentos rurais. E, ainda, que é papel dos técnicos a socialização de tecnologias apropriadas, especialmente em associações, cooperativas ou grupos informais que são mediadores na busca de melhorias tecnológicas, gerenciais ou de outra natureza. Os produtores rurais podem participar de um sistema de cooperativismo, composto de cooperativas locais, vinculadas à Organização das Cooperativas de cada Estado – OCE, esta afiliada à Organização das

Cooperativas do Brasil – OCB e também às associações locais ou setoriais, representadas por Federações Estaduais ou mesmo Nacionais, segundo bem salientou Araújo (2010).

Conforme descrição de Tsukamoto e Asari (2003), o INCRA afirma que a característica principal do programa de Assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terras que, na maioria das vezes, se encontram totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O Assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a conseqüente criação de empregos e distribuição de renda, beneficiando a camada de pequenos agricultores que forma a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA, um processo muito importante no contexto de desenvolvimento do país.

Nas concepções de Batalha (2012), a gestão dos empreendimentos rurais está relacionada a várias adversidades específicas do campo, como: a sazonalidade da produção, a perecibilidade dos produtos, as variações climáticas, os preços dos produtos agrícolas, a geração de informações, a tomada de decisão, o planejamento e controle da produção, a logística, a cultura e a capacitação do produtor, a assistência técnica, a extensão rural, as finanças, os custos e a contabilidade. Enfim, como todas as empresas que possuem suas peculiaridades, destacando a importância do planejamento na gestão rural.

Para atingir o equilíbrio no empreendimento rural de pequeno porte, a propriedade deve ser encarada como uma empresa. Assim, aspectos como: a capacitação gerencial, a adequação tecnológica e o desempenho econômico devem estar atrelados à cadeia produtiva, aos seus canais de distribuição e às necessidades dos consumidores, reforçando a ideia de que a mudança de postura dos produtores rurais ocorrerá por meio de estratégias com base nos recursos disponíveis no empreendimento, na vocação do produtor e nas condições de mercado. Em síntese, Bergamasco e Norder (1996) destacam que o Assentamento Rural é uma das formas objetivas de se fazer reforma agrária, acreditando eles que, de maneira genérica, os Assentamentos Rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando à equalização do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

2.4 Gestão e Processos Sucessórios

De acordo com Fennell (1981), em geral, os termos “herança e sucessão” são usados alternadamente, sendo que a herança refere-se à transferência de ativos de negócios e a

sucessão corresponde à entrega da gestão e controle da propriedade. Sendo questões importantes tanto para a estrutura da agricultura como para os formuladores de políticas rurais, muitas vezes, passam a serem negligenciadas em seu campo socioeconômico. A preocupação do autor é para com a comunidade europeia, em virtude do envelhecimento dos proprietários e das perspectivas incertas no campo, considerando que as informações e as práticas de sucessão conduzem à formulação de novas políticas públicas rurais.

Burton e Walford (2005) destacam os estudos realizados no sudeste da Inglaterra, abordando a sucessão múltipla dos agricultores familiares, ao demonstrarem que os fatores que influenciam na sucessão estão centrados em torno da estrutura dos aspectos sociais e de negócio da unidade familiar, como o grau em que os membros da família podem trabalhar juntos como uma unidade e em que medida tal fato é previsto e planejado. Outro fator de importância, destacado pelos autores, é o tamanho da propriedade, um indicador relevante para o potencial da sucessão nas propriedades rurais.

Gasson e Errigton (1993) descreveram que a formação de futuras gerações de agricultores é composta por três partes: a sucessão profissional, isto é, a passagem da gerência do negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração; a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e a aposentadoria quando cessa o trabalho e o poder da atual geração sobre os ativos que compõe a unidade produtiva.

Inwood e Sharp (2012) em pesquisa sobre a interface urbano-rural, a adaptação agrícola e a sucessão para agricultores familiares nos municípios de Midwestern, regiões metropolitanas de Columbus, Ohio e Michigan, nos Estados Unidos, destacam que a relação de existência de um sucessor na propriedade rural cria oportunidades para a reestruturação da empresa agrícola, por meio de novas diversificações e expansões, trazendo novas habilidades, conhecimentos e inovações, com o desejo de garantir a transferência intergeracional, bem como os comportamentos estratégicos de negócios. Salientam, ainda, os autores que, caso o herdeiro esteja presente na propriedade rural, visualiza-se a necessidade de maximizar a receita para acomodar os membros da família adicional, devendo explorar maneiras de expandir a capacidade produtiva da propriedade, por meio da ampliação de terras ou através do aumento da produção existente, como a expansão do gado e/ou grãos.

Em uma pesquisa realizada na Estônia, Grubbstrom e Soovali-Sepping (2012) ressaltam que a transferência de terras para a próxima geração inclui os ativos tangíveis e intangíveis, envolvendo as partes físicas – como terrenos e casas – e os ativos intangíveis – como os conhecimentos da exploração específicos da Agricultura Familiar – que implica nos valores emocionais e sentimentais associados a terra e que podem influenciar na sucessão da

propriedade. De acordo com os autores, a questão de gênero é outro fator relevante na decisão sobre quem pode ser designado como o sucessor na propriedade, conforme a relação entre homem e mulher e seu acordo sobre diferentes tipos de atividades e áreas dentro da propriedade, criando estabilidade sobre os planos futuros e gestão da mesma, com predominância, muitas vezes, masculina.

Propriedades rurais que não possuem herdeiros e/ou sucessores entram em um estado estático em seu crescimento e desenvolvimento de estratégias dos negócios, não exercendo nenhum tipo de investimento. Porém, algumas podem até continuar a gerir o *mix* atual da empresa, permanecendo com as terras e demais estruturas. Em alguns casos, a tomada de decisão impede novas melhorias à infraestrutura, caso ocorra o encerramento das atividades, podendo vender e/ou leiloar as propriedades, em virtude da trajetória de declínio, ligadas à falta de um sucessor/herdeiro e à estagnação do desenvolvimento das empresas, conforme afirmam os estudos de Inwood e Sharp (2012).

Pode ser evidenciada em estudos realizados em propriedades rurais na Suécia, por Hansson *et al.* (2013), a influência da família para a diversificação dos negócios, sendo ela considerada essencial para melhorar o crescimento econômico rural, o emprego e a migração dos produtores. Ressaltam, ainda, os autores que a pluriatividade do agricultor em buscar atividades geradoras de renda e em operações não agrícolas proporciona maior estabilidade e meios de subsistência para ele e sua família. São apresentados, também, estratégias de diversificação, como: desenvolvimento de novos produtos para os mercados existentes, produtos em novos mercados e servir novos mercados com novos produtos, por meio de recursos das atividades agrícolas existentes. Assim, a diversificação da exploração agrícola pode ser vista como uma resposta criativa e uma forma de inovação concebida pelo agricultor aos membros da família e ao futuro da gestão da propriedade, de acordo com suas características pessoais e satisfação de vida.

Para Ricca (2007), as empresas familiares sofrem grandes problemas no que concerne à sucessão. Por isso, devem ser planejadas com muita antecedência e implementadas de forma gradual, pois, quando isso acontece, suas chances de êxito são maiores. Muitas vezes, a falta de profissionalização em nível de gestão aumenta o risco de descontinuidade, onde o sucesso e a continuidade das empresas estão pautados nos dilemas das mudanças na organização, na família e na distribuição da propriedade em que a atuação do responsável patriarcal seja mais profissional, refletindo a exatidão do mundo real.

De acordo com Costa (2006), a análise de empresa/família passa pelo processo sucessório, pela gestão empresarial determinada pela relação familiar, pela participação de

esposa e filhos, seus valores e aptidões e pelo grau de envolvimento e atuação dos membros com o negócio. O planejamento da sucessão deve ser isento, o quanto possível, de emoções, pois o ponto em questão é a continuidade da atividade, devendo a escolha do sucessor ser marcada com os mesmos objetivos da empresa.

Brumer (2007) considera que a sucessão geracional na Agricultura Familiar não é apenas para os participantes da família envolvida, mas também à reprodução dessas unidades de produção, ao meio social das áreas rurais e à estrutura do setor. Segundo o autor, alguns fatores das perspectivas de sucessão são identificados, como: a localização do estabelecimento e sua proximidade com as regiões mais desenvolvidas; a idade do pai, do qual depende a transferência do poder e da propriedade; e o tamanho do estabelecimento.

Em qualquer empreendimento familiar, neste caso, na Agricultura Familiar, as questões sucessórias exigem do negócio a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho. Por isso, na maioria dos casos, quando se possui mais de um sucessor, os conflitos geracionais aparecem de forma direta de uma geração para outra, pois, dependendo do tamanho da propriedade, não se permite a viabilidade econômica às futuras gerações (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Para Kiyota *et al.* (2012), a organização das responsabilidades e atividades em determinadas etapas da produção faz com que os sucessores conheçam mais o processo e possam aperfeiçoar continuamente suas funções, integrando os jovens na tomada de decisões e na gestão das atividades da unidade de produção, como o planejamento das responsabilidades que os preparam para a sucessão futuramente. Mas, tudo isso, de acordo com Spanevello (2012), se encontra em poder do pai, que detém o comando da gestão da propriedade. Mesmo diante de o filho estar preparado para sucedê-lo, o responsável deve agir para que aconteça a transferência da sucessão.

O interesse para a sucessão ou não está relacionado a diferentes inserções com o trabalho familiar e a propriedade, podendo acontecer de maneira veemente intensa, mas, por outro lado, existe um total desinteresse por parte dos envolvidos. Várias situações são citadas por Stropasolas (2013), dentre elas: filhos que são designados a sucessores; filhos que não demonstram e não pretendem assumir a propriedade, recusando-se a suceder aos pais e, até mesmo, seu estilo de vida; e filhos que demonstram interesse pela continuidade das atividades no campo, porém, se esbarram em outros fatores, tais como terras insuficientes e capitais financeiros escassos, favorecendo a migração do campo para a cidade para não comprometer a reprodução familiar.

Quando se trata da questão de gênero na sucessão familiar, compartilhando os estudos de Brumer e Anjos (2012), Stropasolas (2013) comenta que o filho homem, perante o pai, se destaca entre as atividades no campo. Por outro lado, a mulher é envolvida em atividades domésticas e incentivada aos estudos, rompendo com a possibilidade de permanecer no meio rural, de forma a recebendo apenas sua parte de herança conforme a lei, mas desvinculada da unidade produtiva. A escolha do sucessor assegura a continuidade da unidade de produção e a permanência do grupo familiar no campo, diferindo-se dos sistemas de reprodução cultural, social e econômico, conforme a hierarquia interna das famílias, segundo bem evidenciou Carneiro (2001).

Abramovay *et al.* (2004) destaca que a transmissão e as perspectivas da sucessão profissional interferem nos comportamentos gerenciais e produtivos de qualquer empresa familiar. Porém, as unidades produtivas sem sucessores dificilmente contarão com novos investimentos e melhorias, pois esta situação é uma ameaça à continuidade e encontra-se inibida não só por razões econômicas, mas, também, pela natureza da relação entre as gerações e os gêneros, estimulando os jovens a buscar diferentes alternativas de vida.

Segundo Costa (2006), o processo sucessório passa por três momentos distintos. Inicia-se com o momento dos primeiros conflitos, onde o pai encara a decadência e o sucessor entra no negócio. O segundo momento é o da harmonia: o pai se sente mais tranquilo e age como gestor do sucessor e trabalha em conjunto com o filho. No terceiro momento, o pai passa a ter medo de perder o controle e a resistência de abrir mão da gestão do negócio, é a fase crítica de possuir um sucessor preparado para assumir seu lugar, mas que se esbarra na dificuldade do responsável passar o seu negócio adiante.

Segundo Abramovay *et al.* (1998, p. 66), o “[...] processo sucessório na Agricultura Familiar está articulado em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão do estabelecimento para a próxima geração”. Dentre as diversas unidades de produção adotadas na propriedade, sejam elas de monocultura, criação de animais, entre outros, Stropasolas (2013) aponta que os sistemas de produção diversificados (combinação de duas ou mais explorações) são os que contribuem permanentemente para o envolvimento de todos os membros da família nas atividades rurais, incluindo a força de trabalho dos filhos na execução das tarefas, aumentando a participação nas decisões da unidade familiar, promovendo o interesse dos jovens, bem como a renda e as responsabilidades sobre o uso da terra.

O mesmo autor aponta, ainda, que o desejo dos agricultores em transferir a propriedade aos filhos está relacionado diretamente ao paradoxo de suas escolhas, que permite

oportunizar aos jovens a tradição de seus antepassados ou a necessidade de buscar alternativas melhores de vida na cidade. Em virtude da falta de oportunidade e autonomia financeira nas gerações atuais no campo, podem ocorrer conflitos no processo sucessório, margeando a contribuição de motivação dos filhos na não permanência, com maior ênfase entre as mulheres.

Outro fator gerencial de relevância para o processo de sucessão é a delegação de poder por parte do responsável pela propriedade, que é um dos momentos mais complexos do processo de gestão no campo. Mas, por outro lado, a única forma de avaliar e motivar o futuro sucessor dos negócios é ressaltar que, estilos de gestores conservadores e centralizadores nas tomadas de decisões corroboram para problemas de sucessão familiar, que acabam engessando a criatividade e a solução de problemas na propriedade. Caso a sucessão profissional não se concretize, devido à resistência de mudanças, a falta de comunicação adequada e os embates entre responsável e futuro sucessor podem levar a organização à falência e à morte empresarial no ciclo de vida dos negócios, conforme apontou Brumer (2007).

Logo, foram realizados, neste estudo, levantamentos de pesquisas relacionados à sucessão e à permanência dos jovens na Agricultura Familiar, mais precisamente em Projetos de Assentamentos localizados no estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, poucos estudos foram encontrados nessa temática. O primeiro deles, Dotto (2011) realizou estudos nos Projetos de Assentamentos Campanário, no Município de São Gabriel do Oeste, Conquista, em Campo Grande, e Guariroba, em Terenos. O autor buscou analisar os fatores de influência na permanência dos jovens no campo e/ou sua migração pra outras atividades. Visando compreender os parâmetros de vida do jovem e sua participação nessa dinâmica, os responsáveis da família não foram ouvidos nesta pesquisa, pois o objetivo principal foi identificar os elementos que condicionam o jovem a permanecer ou não no campo, atribuídos como consequência ao êxodo rural juvenil, em virtude da busca de lazer e demais alternativas de cidade na cidade. Foram pesquisados apenas os jovens da família, com o intuito de analisar a sua permanência no campo, e não os responsáveis da família como nesta pesquisa.

O estudo de Facioni (2013), realizado no Projeto de Assentamento Capão Bonito I, no Município de Sidrolândia, buscou apurar as intenções de sucessão na família com o pai, a mãe (cônjuge) e também com os próprios jovens (possíveis sucessores) que se fizeram presentes no momento da entrevista. O autor buscou apontar o percentual de possíveis sucessores e quais eram as dificuldades de suas permanências no campo, objetivando verificar as perspectivas de permanência ou saída dos jovens do meio rural e a avaliação do pai enquanto

fator decisivo no processo de sucessão, onde, a não participação dos jovens nas decisões e nas atividades do campo, aliados à renda, contribuem para que eles fiquem ou não na propriedade.

De acordo com Lodi (1987), a família, mais precisamente o fundador e/ou gestor da propriedade, é o principal responsável pelas futuras gerações no negócio. É nele que se concentra a sobrevivência da empresa, bem como suas relações e a maturidade de superar os desafios na fase de sucessão. A gestão familiar, para Ricca (2007), deve acontecer em longo prazo, não misturando as relações afetivas de família com a gestão da propriedade, sendo que o acesso dos membros da família para a sucessão do comando dependerá da motivação e interesse do mesmo. Porém, o tomador de decisão deverá realizar o planejamento de formação da sucessão dos líderes, de acordo com os interesses e a satisfação das necessidades pessoais de seus membros.

A sucessão empresarial, por ser um tema delicado de ser tratado, deve ser conduzida com muita habilidade pelo responsável da família, ato que deveria ocorrer na propriedade enquanto o gestor goza de condições plenas de saúde física e mental, com o controle e poder da empresa, consolidando a sucessão de forma gradual e efetiva. Com uma visão de empresa familiar, Costa (2006) comenta que a exploração econômica de bens e serviços voltada à satisfação das necessidades humanas e da constituição de espaço de funcionalidade, realizada por meio das divisões das atividades, difere do contexto família, que envolve os laços afetivos e o objetivo de procriação.

O processo de sucessão é um período muito delicado dentro da organização, conforme aponta Lodi (1987), e que, para Costa (2006), deve ser conduzido adequadamente, caso contrário, em virtude de renovação ou finalização das atividades, um dos maiores desafios é saber “quando”, “para quem” e “como deve ocorrer”. Lembrando que, quanto mais cedo for a “integração do proprietário e sucessor”, melhor será a adaptação e tempo suficiente para correções futuras no rumo dos negócios, delegando, gradualmente, as responsabilidades e o comando de forma que o fundador tenha sua saída gradativa e efetiva.

A sucessão nas propriedades deve ser preparada ainda quando os filhos são pequenos, sendo necessárias algumas medidas que antecedem as fases do processo sucessório. Logo, Lodi (1987) cita três grupos que estão ligados diretamente à formação dos futuros sucessores: a formação de base dos sucessores: inicia no berço, a base do futuro sucessor, atribuído na educação que recebe da família e na vocação despertada pelo trabalho da propriedade; o seu plano de desenvolvimento: o sucessor deve possuir total conhecimento do negócio, bem como do processo produtivo, do ambiente que está inserido, da sociedade no âmbito cultural, social e político; as medidas de caráter organizacional e jurídico: a preparação do ambiente para o

futuro sucessor, no que se refere às adequações estruturais e passagem de gestão da propriedade.

Uma nova realidade de mudanças nos padrões de sucessão na Agricultura Familiar está sendo introduzida na atual conjuntura do campo. De acordo com os estudos de Carneiro (2001), são atribuídos alguns fatores para o melhor andamento deste processo, como: a disponibilidade de terras suficientes à sustentação da família, a mecanização iniciada no ano de 1960, a redução da mão de obra na produção e a forte atração dos valores urbanos sobre os jovens para o trabalho assalariado.

Para Lodi (1987), possuir visão empresarial em uma empresa familiar é gerir o negócio com estilo próprio, ter vocação, coragem, talento e capacidade de enfrentar os desafios de maneira gerencial. Pois, quando atingir determinada idade e/ou não estar em plenas condições para tocar a propriedade, alternativas devem ser tomadas para o andamento do processo produtivo, que poderá acontecer com a sucessão de um membro da família e/ou ter alguém de fora da família para dar continuidade, ou seja, um arrendatário, por exemplo, ou vender a propriedade, possibilidades que o responsável deverá ter em evidência em sua trajetória empresarial.

A tomada de decisão e a responsabilidade da propriedade podem ser compreendidas pelo processo de trabalho onde haja um chefe de família, um pai e/ou responsável que toma decisões sobre o uso da terra e demais atividades de emprego e comercialização dos produtos. Porém, o chefe de família vai, além disso, integrando toda a família no trabalho e a sua participação nas decisões, como bem ressaltou Almeida (1986).

Seguindo o pensamento de Almeida (1986), de acordo com Carneiro (2001, p. 24), “[...] o pai é responsável pela manutenção do grupo familiar”, com as responsabilidades de zelar por este patrimônio coletivo, “cuidando de transmiti-lo às demais gerações”. Logo, processos de sucessão sem planejamento contribuem para o desaparecimento das empresas familiares. Por isso, a necessidade de se elaborar um planejamento estratégico de longo prazo para a gestão da sucessão é de grande importância para a continuidade da propriedade e para os negócios. E, ainda, conforme enfatiza Ricca (2007), isso deve começar no berço familiar, atribuindo os conhecimentos das atividades de operações e em seguida a sua hierarquia organizacional aos futuros sucessores.

2.5 Políticas Públicas de Apoio ao Pequeno Produtor

Vários são os programas e as ações realizados pelo Governo Federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA juntamente com a Secretaria da Agricultura Familiar - SAF, para o fortalecimento e apoio aos pequenos produtores. Dentre os quais, o acesso ao crédito rural, a assistência técnica, a geração de renda, a agregação de valor, entre outros que contribuem e promovem o desenvolvimento da Agricultura Familiar no país, nos estados e municípios.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado em meados de 1996, financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa discute sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários e, ainda, o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, entre outros.

Ao fazer uso da linha de crédito, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e/ou Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural de cada Estado - EMATER para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito (BRASIL, 1996).

Diante do contexto da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, foi construída, em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003, através do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER, princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, considerando elementos como: gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais (BRASIL, 2010).

De acordo com BRASIL (2010), dentre os princípios da Política Nacional de ATER estão:

- a) Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.

- b) Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.
- c) Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- d) Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- e) Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a Agricultura Familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização, que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Parte dos alimentos é adquirida pelo Governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas, demais povos e comunidades tradicionais para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social.

Os produtos destinados à doação são oferecidos a entidades da rede socioassistencial, a restaurantes populares, aos bancos de alimentos e a cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. Outra parte é adquirida pelas próprias organizações da Agricultura Familiar para formação de estoques próprios. Desta forma, é possível comercializá-los em momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos.

A compra poderá ser feita sem licitação. Cada agricultor poderá acessar até um limite anual e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais. Tem acesso ao programa: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígena e demais povos e comunidades tradicionais ou empreendimentos familiares rurais portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP. O PAA é executado com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, em parceria com Estados, Municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (BRASIL, 2003).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, criado pela Lei nº 11.947/2009, tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da

aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e oferta de refeições que atendem à necessidade nutricional durante o período letivo. Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados para alimentação escolar. A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores do território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade (BRASIL, 2009).

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER é um órgão corresponsável pela promoção do desenvolvimento rural, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo – SEPROTUR – subdivididas em seções regionais pelos municípios do estado. Compete a AGRAER regional de Nova Andradina a coordenação das atividades de assistência técnica, extensão rural, pesquisa e demais serviços ligados ao desenvolvimento e ao aprimoramento da agricultura e pecuária destinados aos produtores rurais, com prioridade para os agricultores familiares, agricultores tradicionais, assentados, indígenas, quilombolas, pescadores, aquicultores e a proposição da política de reforma e desenvolvimento agrários visando à regularização fundiária aos projetos de Assentamentos Rurais, bem como o seu planejamento, sua coordenação e seu desenvolvimento sustentável na atividade (AGRAER, 2008).

Ademais, proporciona o desenvolvimento no meio rural, por meio de ações educativas conjuntas entre os serviços públicos e privados de pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, juntamente com os produtores rurais, articulando ações voltadas à garantia do abastecimento de alimentos e do provimento de insumos básicos para os pequenos produtores e Assentamentos nos setores da agricultura e da pecuária do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o regimento interno da AGRAER (2008).

Além dos programas e ações citadas, existem vários outros de extrema relevância que devem ser mencionados, como: Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB, que insere a agricultura familiar como fornecedora de matéria-prima para a produção de biodiesel; o Programa Mais Alimentos, que financia projetos e que investem na modernização e na aquisição de equipamentos para a agricultura familiar; o Plano Safra, que destina recursos para o desenvolvimento e o fortalecimento da Agricultura Familiar Brasileira, com crédito, assistência técnica e seguro; o Programa Garantia-Safra, que é uma ação do Pronaf e

que atende aos agricultores que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas, as Políticas Setoriais do Leite, Café e Turismo Rural, entre outros programas e ações efetivados pelo MDA (2014).

Todos os programas mencionados e outros de cunho municipal e estadual de apoio e assistência ao pequeno produtor visam contribuir para sua permanência, dar viabilidade econômica e condições de produção em sua propriedade. Por isso, é importante ressaltá-los à Agricultura Familiar, pois são direcionados especificamente a esta modalidade de agricultor, de acordo com a aptidão de cada produtor, bem como aos futuros sucessores da gestão do lote.

3 METODOLOGIA

Segundo Creswell (2010), os métodos de pesquisa específicos envolvem as formas de coleta, análise e interpretação dos dados que os pesquisadores propõem para seus estudos, os quais se dividem em: quantitativos-predeterminados – questões baseadas no instrumento, dados de desempenho, dados de altitudes observacionais e de censo e interpretação estatística; qualitativos – métodos emergentes, perguntas abertas, dados de entrevistas, de observação, de documentos e audiovisuais, análise de texto e imagem e interpretação de temas e de padrões; e mistos – tanto métodos predeterminados, quanto emergentes, tanto questões abertas, quanto fechadas, formas múltiplas de dados baseados em todas as possibilidades, análise estatística e de texto e por meio de interpretação dos bancos de dados.

Para esta pesquisa definiu-se por realizar um estudo de caso, que de acordo com Yin (2001, p. 32 e 33) “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real”, e ainda, “[...] é um método que abrange tudo – com a lógica de planejamento, incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados, estabelecendo estudos exploratórios e descritivos para fins da pesquisa”.

Nos dados levantados neste estudo de caso, diante das análises qualitativas e quantitativas abordadas por Creswell (2010), Moraes (1999) apresenta uma descrição e interpretação das informações das classes de documentos e textos da pesquisa de campo, por meio da “análise de conteúdo”, a qual visa reinterpretar as mensagens das investigações sociais por meio dos questionários aplicados aos produtores, fornecendo informações complementares a todos os leitores e atingindo uma compreensão de seus significados num

nível que vai além de uma leitura comum e constituído de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal do estudo realizado.

A partir disso, este estudo se dará em formato de uma pesquisa qualitativa, complementada com dados quantitativos, através de elementos secundários (pesquisa de literatura) e fenômenos primários (pesquisa de campo), mediante a aplicação de questionários e entrevistas realizados com os responsáveis das propriedades rurais do Projeto de Assentamento Santa Olga, localizado no Município de Nova Andradina – MS.

3.1 Área de Estudo

O município de Nova Andradina está localizado nos limites físicos das divisas dos estados de São Paulo e Paraná, conforme aponta a Figura 1. Conta com um número populacional estimado de 50.010 habitantes (IBGE, 2014) e com uma área territorial de 4.776,002 km², sendo estabelecido no bioma de cerrado e mata atlântica. Passou a ser reconhecido como um importante pólo de exportação pecuária da região Centro-Oeste e para alguns países árabes. O município possui 04 Projetos de Assentamentos, onde mais de 63% dos estabelecimentos rurais são caracterizados como Agricultura Familiar em comparação com o Não Familiar, segundo aponta o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006).

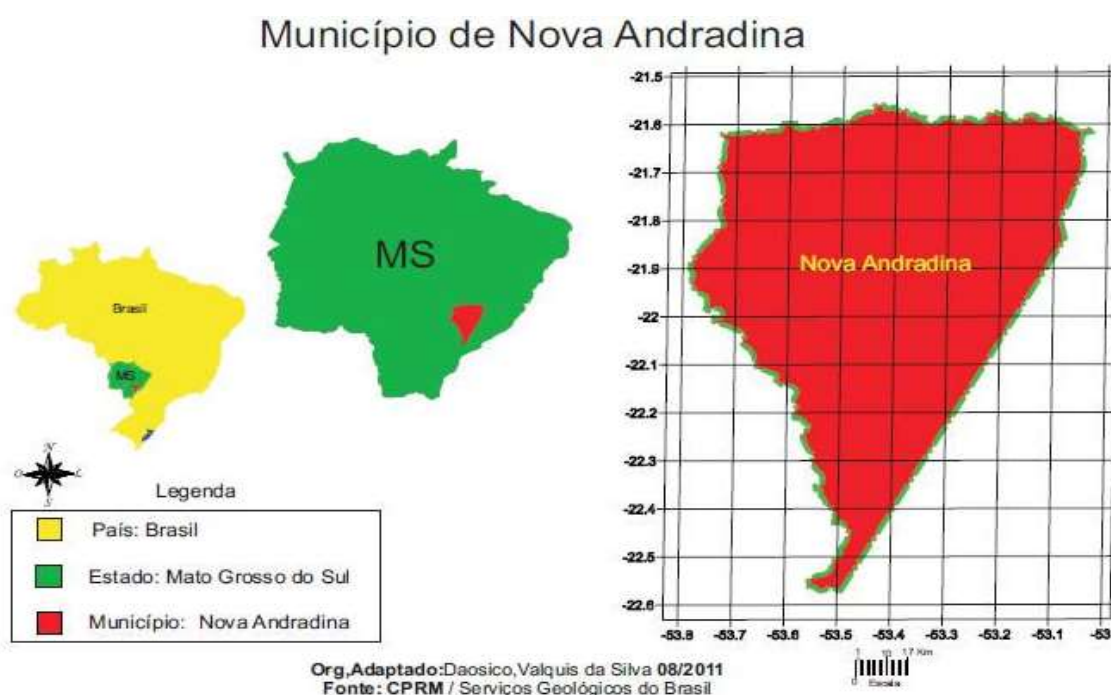


Figura 1: Mapa do município de Nova Andradina no âmbito de Brasil e estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: D'Alkmin Filho e Teixeira (2012, p. 03).

Segundo dados emitidos pelo INCRA (2012), os Projetos de Assentamento (PAs), em Nova Andradina, estão estabelecidos da seguinte forma: o Projeto de Assentamento Casa Verde; Projeto de Assentamento Teijin, o Projeto de Assentamento São João e o Projeto de Assentamento Santa Olga.

O objeto desta pesquisa, o Projeto de Assentamento Santa Olga, foi o último Assentamento a ser criado no município de Nova Andradina. Teve suas origens com a desapropriação por parte do INCRA e foi instituído em junho de 2004, num total de 170 lotes, e uma área de 1.492,5021 hectares, estando localizado na Rodovia MS 276, KM 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. Ademais, destaca-se que 90% dos assentados residentes no PA Santa Olga estão ligados ao Movimento Sindical, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à Pastoral da Terra - FETAGRI/MS. A área anterior foi desapropriada e sua antiga origem era a Fazenda Santa Olga, de propriedade de José Lemes Soares (INCRA, 2012).

O Projeto de Assentamento Santa Olga possui 2,33% de área do município de Nova Andradina e em torno de 08 ha cada lote. Atualmente, o PA Santa Olga é organizado a partir de uma Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Olga e da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga – COOPAOLGA. Possui trator e implementos agrícolas para a manutenção dos trabalhos no campo. Participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, por meio de fornecimento de alimentos, como: mandioca, leite e hortifrutigranjeiros, realizando a distribuição nas escolas municipais de Nova Andradina.

Na Figura 2 pode-se conhecer a amplitude do Projeto de Assentamento Santa Olga, com suas divisões de lotes, áreas de preservação legal, o societário e sua dimensão territorial e de divisas.

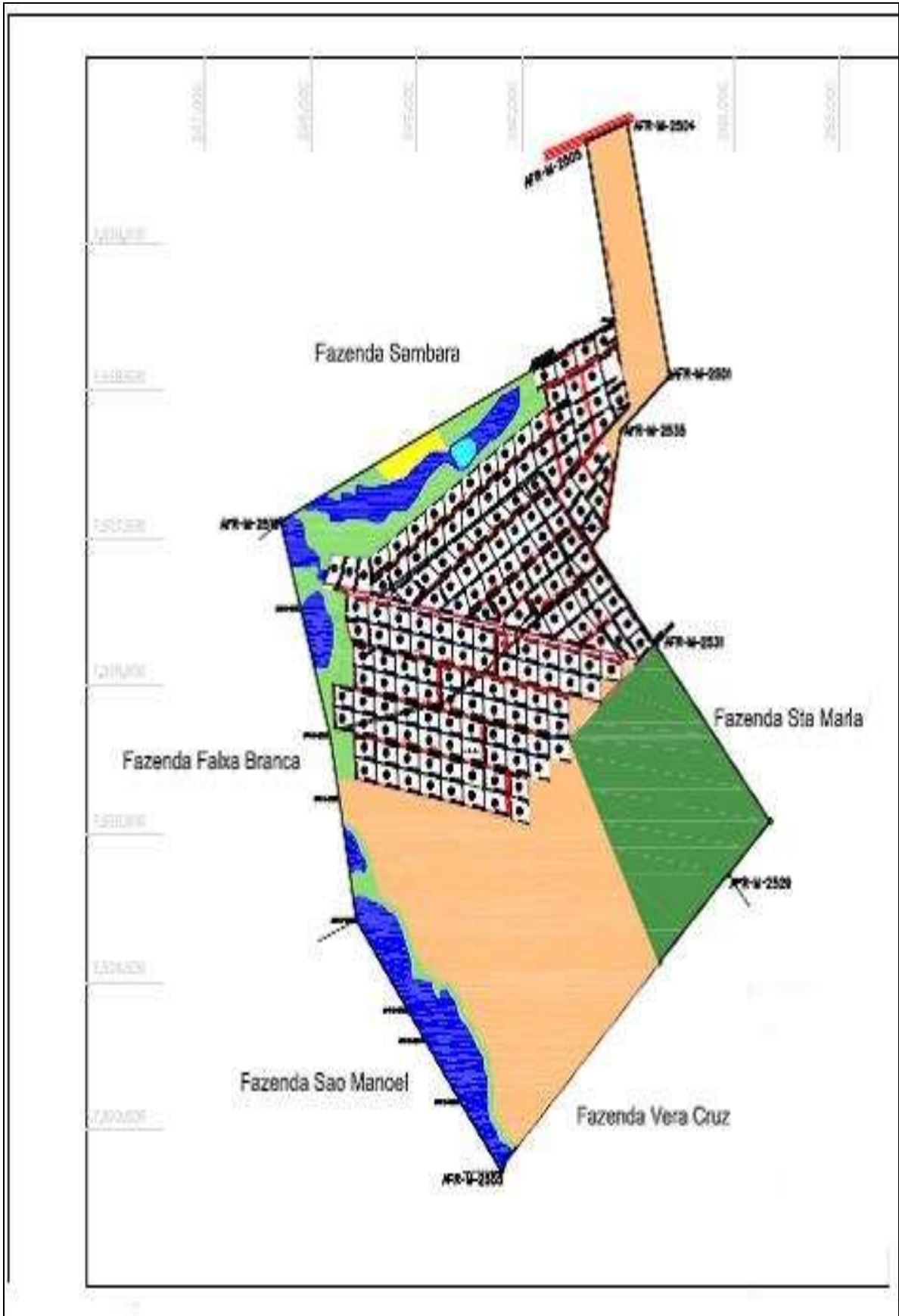


Figura 2: Mapa do Projeto de Assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS.

Fonte: Mapa elaborado pelo INCRA (2009).

Quanto à seleção do Projeto de Assentamento Santa Olga, a razão desta escolha se deu em virtude de aspectos e características relevantes à pesquisa, identificadas a seguir:

- a) As condições geográficas relacionadas à sua localidade no município de Nova Andradina diante dos demais PAs. Este fator facilita a comercialização e distribuição de produtos das propriedades, devido sua proximidade da sede do município (em torno de 15 km), com boa parte do trajeto pavimentado.
- b) A relevância do estudo em PAs no município de Nova Andradina, por não possuir nenhum estudo relacionado e/ou contemplado por esta temática.
- c) A organização do PA Santa Olga, que possui Associação de Produtores Rurais e Cooperativa (COOPAOLGA) para fortalecer a comunidade e gerenciar o sistema produtivo.
- d) A participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, estabelecido pelo governo federal, realizando a distribuição de alimentos da Agricultura Familiar a escolas municipais e estaduais.
- e) O PA possui projeto de extensão com a Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD nas áreas sociais, sendo possível a implementação de atividades relacionadas à gestão dos produtores, com relevantes contribuições para a capacitação e permanência do produtor no campo.

Em setembro de 2013, foram iniciados os primeiros contatos para a realização da pesquisa no PA Santa Olga. Foram expostos os objetivos da pesquisa e a finalidade do trabalho ao presidente da Associação, o Sr. Roberto da Silva, e ao Sr. Edivaldo Pereira de Souza, membro da Cooperativa. O trabalho obteve a concordância destes. Trata-se de pessoas portadoras de informações válidas e de importantes inferências junto à comunidade de produtores que fazem parte da amostra desta pesquisa.

3.2 População Estudada e Fonte de Dados

Segundo Gil (2002), para a realização de um experimento é fundamental selecionar os sujeitos. As características relevantes para a definição da população devem ser consideradas no número final da amostra. Para calcular o tamanho da amostra e o número de questionários que deveriam ser aplicados à população da região em análise, foi usado um método estatístico, com base na determinação do tamanho da amostra para populações finitas, que é definido como sendo populações menores que 100.000 elementos. De acordo com tal método,

é necessário conhecer o tamanho total da população a ser pesquisada, o nível de confiança que se pretende obter, o erro máximo admitido e o percentual com o qual se verifica o fenômeno estudado (GIL, 2008).

Após o cálculo de amostragem, computou-se a amostra de 120 lotes a partir de uma população finita de $N=170$ lotes. Esse tamanho de amostra (n) foi calculado com margem de erro de 5% e nível de confiança de 95%, utilizando a fórmula para o cálculo amostral de populações finitas. A fórmula abaixo descreve o procedimento para o cálculo da amostra desta pesquisa:

$$n = \frac{\sigma^2 * p * q * N}{e^2 * (N - 1) + \sigma^2 * p * q} \quad (01)$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

σ^2 = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = Percentagem complementar ($1 - p$)

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido

Logo, os valores abaixo,

σ^2 = um grau de confiança de 95%, tem-se então o valor do desvio padrão definido por tabela como sendo igual a 02.

p e q = Não sendo conhecidos esses valores adotou-se o valor de 50% para cada elemento.

$N = 170$

$e^2 = 5\%$

$$n = \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 170}{5^2 \cdot (170-1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} \quad n = \frac{4 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 170}{25 \cdot 170 + 10.000} \quad n = \frac{1.700.00}{14.250} \quad (02)$$

n = 120 questionários foram aplicados.

Para a realização da pesquisa no PA Santa Olga foram feitas visitas às propriedades rurais, sendo aplicados 07 questionários como pré-testes nos meses de fevereiro e março de 2014. Os demais questionários foram aplicados no período de 14 de maio a 05 de julho de 2014. Logo, foi encerrada a pesquisa de campo, com 90 questionários aplicados.

De acordo com o método de amostra de Gil (2008), seriam aplicados 120 questionários neste estudo. No entanto, somente em 90 lotes sorteados foram possíveis a aplicação de questionários e entrevistas, posto que em 29 propriedades não foi encontrado o responsável da família, que não moravam no lote, segundo vizinhos, o que corresponde a 24,16% do total da amostra. Além disso, houve 01 proprietário que não aceitou participar da pesquisa (este vive em total isolamento no lote, inclusive, não possui família e a propriedade se encontra em total abandono).

O método utilizado neste estudo possui caráter qualitativo, complementado por dados quantitativos, utilizando-se de documentação e pesquisa de campo, com questionários e entrevistas.

a) **Pesquisa de Literatura:** realizada em órgãos oficiais específicos, como: o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER e sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Programas e Políticas de apoio a Agricultura Familiar (PNAE, PAA, PNATER, SAF).

b) **Pesquisa de Campo:** por meio da aplicação de questionários (Apêndice A) aos responsáveis pelas famílias residentes nos lotes do Projeto de Assentamento Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina - MS. Foram aplicados 90 questionários dos 120 previamente estabelecidos, conforme sugeriu o método de cálculo de amostra finita. Para efeito de sorteio da unidade amostral (lote), utilizou-se a fórmula da planilha Microsoft Excel (=aleatório entre (1;170) para gerar os números aleatórios entre o 1º e o 120º.

O questionário foi utilizado como base para a obtenção de informações socioeconômicas, da gestão da propriedade, do processo sucessório e de conhecimento do perfil dos entrevistados, bem como para dar suporte à construção dos demais instrumentos utilizados de maneira secundária nessa pesquisa. Com a entrevista objetivou-se analisar os

fatores de ordem econômica, social e cultural presentes na estruturação e na formação da gestão no contexto pesquisado, as formas como acontece a sucessão da mesma, as relações entre os pequenos proprietários e suas famílias com a terra e a produção, entre outros aspectos.

Por fim, destaca-se que as informações obtidas foram processadas com a utilização do software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS. A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas conforme o método descritivo, utilizando-se, ainda, de técnicas de análise tabular e gráfica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados seguem fazendo uma descrição da Agricultura Familiar e Não Familiar no Brasil, em Mato Grosso do Sul e no município de Nova Andradina. A seguir, descrevem-se os Projetos de Assentamentos – PAs de Nova Andradina. Por fim, apresenta uma descrição analítica de todos os Assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul.

4.1 Agricultura Familiar e Não Familiar no Brasil, em Mato Grosso do Sul e no Município de Nova Andradina.

Segundo levantamentos realizados pelo INCRA (2014), o estado de Mato Grosso do Sul possui 203 Assentamentos, com 28.026 famílias assentadas e uma extensão de 715.195,7794 hectares. A Tabela 1 mostra que o Município de Nova Andradina se destaca em número de Assentamentos, sendo (04) quatro, e área com 63.862,2104 hectares (em torno de 8,92% de participação, bem como 1,97% do total de Assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul) e um número de 6,63% de famílias assentadas do total do estado. Se comparado à média nacional, representa 0,19% das famílias assentadas no país. Em termos de extensão, o Município representa 0,0729% do total de Projetos de Assentamentos no país.

Tabela 1. Total de projetos, área, capacidades e famílias assentadas no Brasil, em Mato Grosso do Sul e Nova Andradina, no ano de 2014.

(PA)	Nº. de Projetos	Área (há)	Nº. de Famílias
Brasil	8.865	87.559.858,9476	931.730
Mato Grosso do Sul	203	715.195,7794	28.026
Nova Andradina	04	63.862,2104	1.859

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA (2014).

Ademais, a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA trazem um mapa dos atuais Assentamentos Rurais criados no estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Figura 3.

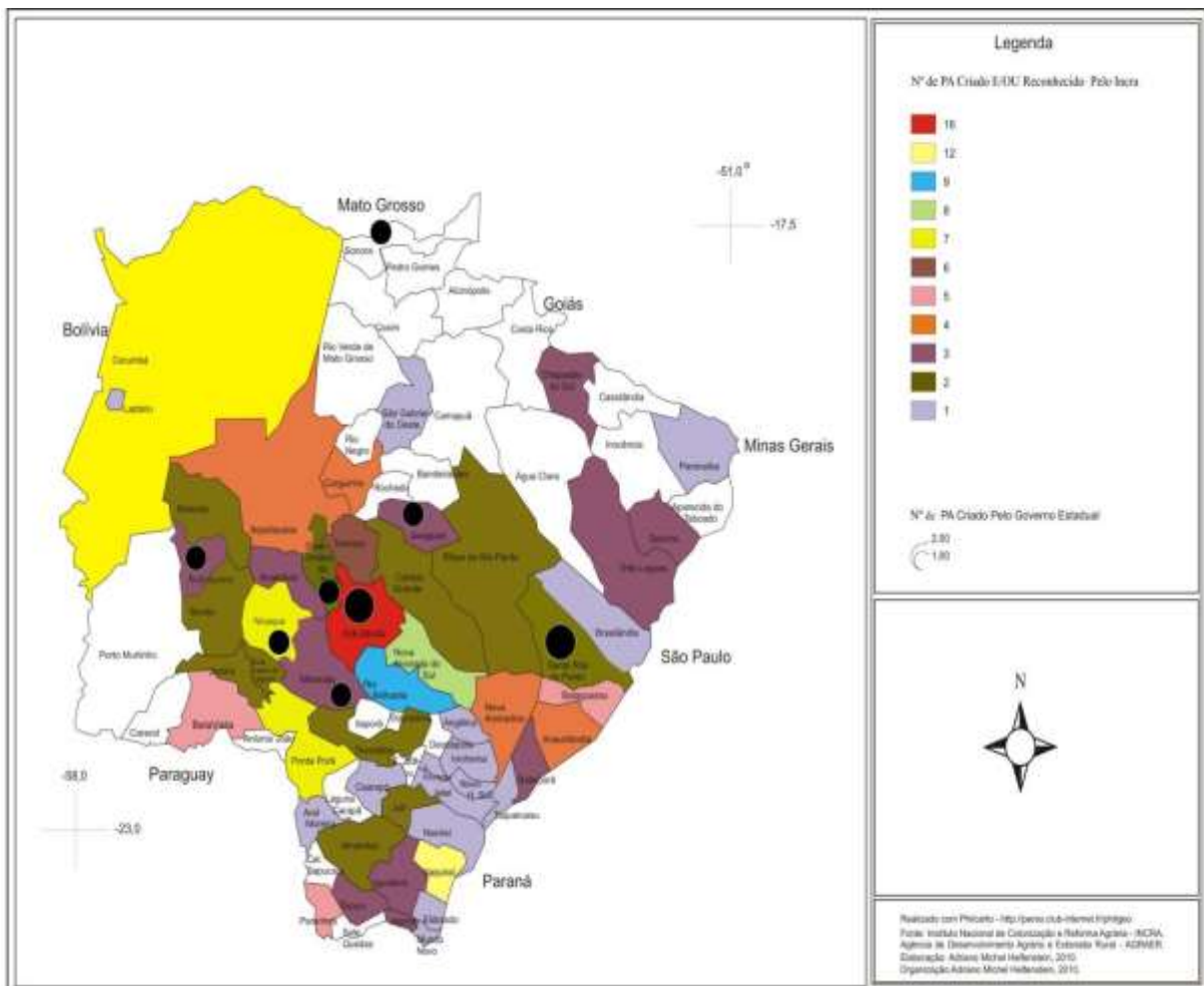


Figura 3: Mapa dos Assentamentos Rurais de Mato Grosso do Sul criados pelo INCRA e/ou pelo Governo Estadual (1980-2009).

Fonte: Helfenstein (2010, p. 26).

O mapa elaborado pelo INCRA apresenta os vários Projetos de Assentamentos – PAs do estado de Mato Grosso do Sul, delimitando as regiões municipais e a quantidade de projetos criados pelo INCRA e pelo Governo Estadual. De acordo com INCRA (2014), em seu Relatório de Assentamento Geral da Superintendência Regional (SR-16), os 203 Assentamentos no estado estão distribuídos nos seguintes municípios: Amambai (02), Anastácio (3), Anaurilândia (04), Angélica (01), Aquidauana (04), Aral Moreira (01), Bandeirantes (01), Baraguassu (05), Batayporã (03), Bela Vista (05), Bodoquena (04), Bonito (02), Brasilândia (01), Caarapó (01), Campo Grande (03), Chapadão do Sul (03), Corguinho (04), Corumbá (07), Dois Irmão do Buriti (03), Dourados (02), Eldorado (01), Glória de Dourados (01), Guia Lopes da Laguna (02), Iguatemi (03), Itaquirai (12), Ivinhema (01), Japorã (04), Jaraguari (03), Jardim (02), Jateí (01), Juti (02), Ladário (01), Maracaju (04), Miranda (02), Mundo Novo (01), Naviraí (01), Nioaque (08), Nova Alvorada do Sul (08), Nova Andradina (04), Novo Horizonte do Sul (01), Paranaíba (01), Paranhos (05), Ponta Porã (15), Ribas do Rio Pardo (02), Rio Brilhante (09), Santa Rita do Pardo (04), São Gabriel do Oeste (03), Selvíria (03), Sidrolândia (23), Sonora (01), Tacuru (03), Taquarussu (01), Terenos (09) e Três Lagoas (03).

Assim, ao longo dos anos, têm-se evidenciado importantes discussões acadêmicas, suscitadas no âmbito dos empreendimentos rurais, presentes nos mais diversos estágios no país. O IBGE, por meio do censo agropecuário de 2006, revelou que o estado de Mato Grosso do Sul possui 64.862 estabelecimentos rurais, destes, a grande maioria, aproximadamente 63%, pertencem à Agricultura Familiar. O município de Nova Andradina - MS possui 3.426 estabelecimentos caracterizados como Agricultura Familiar, de acordo com a Lei nº 11.326, com uma área de 94.959 hectares, e outros 1.272 estabelecimentos não familiar, com uma extensão territorial de 1.002.570 hectares.

Em uma análise sobre a Agricultura Familiar e Não Familiar, verifica-se, de acordo com a Tabela 2, que Nova Andradina possui em torno de 8,33% dos estabelecimentos agrícolas pertencentes à Agricultura Familiar em Mato Grosso do Sul, já a Agricultura Não Familiar participa com cerca de 5,35% das propriedades do estado, dados que potencializam a importância da Agricultura Familiar no desenvolvimento local. Comparando as áreas de Agricultura Familiar de Nova Andradina com a média do Brasil, o Município representa 0,11% do território do país e 7,97% do Estado, o que representa uma presença expressiva no agronegócio do país e, principalmente de Mato Grosso do Sul. As áreas de Agricultura Não Familiar correspondem a 0,40% do território nacional e 3,47% do estadual, evidenciando a

importância do município de Nova Andradina como polo produtivo no âmbito estadual e nacional.

Tabela 2. Total de estabelecimentos e área da Agricultura Familiar e Não Familiar, no município de Nova Andradina.

Município, Estado e País	Agricultura Familiar Lei nº 11.326		Não Familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Nova Andradina	3.426	94.959	1.272	1.002.570
Mato Grosso do Sul	41.104	1.190.206	23.758	28.866.741
Brasil	4.367.902	80.250.453	807.587	249.690.940

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2006).

No Município de Nova Andradina se evidencia mais de 63% dos estabelecimentos rurais pertencentes à Agricultura Familiar, os quais representam 9,47% do total da área do município. Por outro lado, apesar da participação expressiva na quantidade de estabelecimentos, a extensão territorial maior está concentrada na Não Familiar com 90,53% em apenas 37% de estabelecimentos, fator este de relevância para estudos acadêmicos locais.

Em termos de Projetos de Assentamentos – PAs, nas últimas três décadas, foram implantados no Município de Nova Andradina quatro Projetos, de acordo com o INCRA (2012), sendo estabelecidos da seguinte forma: o Projeto de Assentamento - PA Casa Verde foi o primeiro a ser criado, em dezembro de 1987, com uma área de 29.859.9889 hectares, com 448 famílias assentadas, sendo localizado no trevo das rodovias MS-134 e BR-267. Em 2011, recebeu do INCRA a escritura de doação da área, tornando-a propriedade municipal nomeado de “Distrito de Nova Casa Verde”.

O Projeto de Assentamento Teijin foi o segundo projeto implantado no Município, em julho de 2002, com uma área de 28.497.8194 hectares, e com 1.063 famílias assentadas, de acordo com os dados do INCRA (2012). Sendo localizado na antiga Fazenda Teijin, às margens da Rodovia MS-134, próximo à Nova Casa Verde, sendo mais conhecido como “Assentamento 17 de abril”. O Projeto de Assentamento São João foi o terceiro, criado em abril de 2004, com uma área de 4.011.9000 hectares, e com 179 famílias assentadas, de acordo com o INCRA (2012). Está localizado na Rodovia BR 267 no km 173 s/n. O Projeto

de Assentamento Santa Olga foi o último a ser criado no Município, objeto de pesquisa deste estudo, que possui 169 famílias assentadas, capacidade de 171 lotes em uma área de 1.492,5021 hectares.

A seguir, analisa-se a dimensão dos Assentamentos Rurais no estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase no Município de Nova Andradina, que compreende os maiores Assentamentos em extensão territorial do estado e do país, os quais estão localizados em um ponto geograficamente estratégico, apresentando forte expressão econômica na região do Vale do Ivinhema, com participação ativa na Agricultura Familiar e em sua cadeia produtiva local.

A Tabela 3 apresenta dados sobre os projetos de reforma agrária no município de Nova Andradina. Os dados mostram que o Município possui uma grande extensão de projetos de Assentamentos, sendo 04 (quatro), com capacidade em termos de famílias assentadas de 1.948, sendo que deste total em torno de 95,43% estão efetivamente assentados. Destaca-se a extensão de áreas desapropriadas, em torno de 63.862.2104 ha.

O Projeto de Assentamento com maior área territorial é o Casa Verde, com 46,75% do total de PAs do Município, com lotes em torno de 60 a 70 ha, e o menor é o Santa Olga, com 2,33% de área e em torno de 07 ha cada lote.

Tabela 3. Total de projetos, área, capacidades e famílias assentadas de forma analítica no município de Nova Andradina, no ano de 2014.

(PA)	ÁREA (há)	Nº. de Família (Capacidade)	Famílias Assentadas	Ano de Criação	Data desapropriação
Casa Verde	29.859,9889	471	448	22/12/87	27/07/1986
Teijin	28.497,8194	1.126	1.063	26/07/02	08/10/2001
São João	4.011,9000	180	179	23/04/04	18/09/2002
Santa Olga	1.492,5021	171	169	28/06/04	18/09/2002
Total ==>	63.862,2104	1.948	1.859		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA (2012).

Analisando os Projetos de Assentamentos – PAs em nível de Brasil, Mato Grosso do Sul e de Nova Andradina, nota-se a representatividade da Agricultura Familiar no desenvolvimento local, evidenciando a potencialidade do segmento para a economia em geral.

Os resultados mostram um avanço em relação à importância adquirida pela Agricultura Familiar, cuja representatividade foi significativa no último Censo Agropecuário,

realizado em 2006, em termos de estabelecimentos e pessoal ocupado tanto para o Brasil quanto para o estado de Mato Grosso do Sul e, mais precisamente, no município de Nova Andradina. Contudo, as áreas ocupadas pelos estabelecimentos familiares ainda continuam em proporção inferior se comparada à Agricultura Não-Familiar.

4.2 Caracterização Sócio Demográfica do Projeto de Assentamento Santa Olga.

Neste item abordou-se problemas importantes questões relacionadas às características de cada produtor rural do Assentamento Santa Olga, responsável pelo lote, tais como: composição familiar, fontes de rendimento, meios de produção e sua comercialização. Um fator de extrema relevância foi a grande quantidade de lotes que deveriam ter sido entrevistados e que não possuíam moradores.

Normalmente, as propriedades possuem nomes de identificação ou figuras que expressam a identidade do lote. Entretanto, cerca de 15,6% dos lotes não possuem nomes, apenas o número, os quais, em sua maioria, não apresentam quaisquer nomenclaturas na entrada da propriedade. Dos 90 lotes pesquisados, apenas 01 dos entrevistados não se declarou o proprietário do lote, pois o sogro dele foi embora para o interior de São Paulo e deu o lote para o atual produtor (que não possui nenhuma documentação dessa transação), que disse durante a entrevista: “larguei tudo para trabalhar no lote, agora se ele quiser de volta, não saio nunca”.

Outro dado preocupante se refere às políticas públicas de reforma agrária por meio de Projetos de Assentamentos. Diante de um Assentamento que possui apenas 10 anos de criação (INCRA, 2012), foi evidenciado mais de 30% de lotes na mão de segundo, terceiro e quarto donos, o que leva a reflexão sobre a eficácia das formas utilizadas na classificação dos produtores para receberem os lotes. Depois de sua criação no ano de 2004, apenas a partir de 2005, o Assentamento começou a ser povoado com ocupação de 21,3% dos lotes, fato esse devido a problemas estruturais, como a construção da casa, água e energia; em 2006, outros 36% dos lotes foram ocupados; em 2007, 17,8% e os demais lotes nos anos subsequentes.

Todos os produtores para terem acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF devem possuir o título do lote e/ou a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP (BRASIL, 1996). O que se verificou no Assentamento pesquisado é que “nenhum” dos lotes ainda possui a titularidade expedida pelo INCRA, apenas 47,8% dos produtores possuem a DAP, e 21,1% possuem apenas a Certidão de Posse, 17,8% tem apenas

uma Carta de Desistência (situação esta dos segundo, terceiro e quarto donos) e 13,3% não possuem nenhum tipo de documento relacionado ao lote.

A Tabela 4 expõe a estrutura de área do Projeto de Assentamento Santa Olga, de acordo com o INCRA (2009), com suas divisões territoriais, capacidades e percentuais de uso da terra.

Tabela 4: Estrutura da divisão do uso da terra no Assentamento Santa Olga, no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.

Uso da Terra	Área (há)	Percentual
Reserva Legal	205,2979	13,76
Reserva Legal a Recompor	101,0344	6,77
APP	114,2008	7,65
Represa	3,9810	0,27
Área Societária	474,2390	31,77
Sítios Individuais	582,5421	39,03
Exploração Hortícola e Piscicultura	11,2069	0,79
Total	1.492,5021	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA (2009).

O Projeto de Assentamento Santa Olga está dividido em 170 lotes, com média por lote, considerando os sítios individuais de 3,42 ha (hectare) por propriedade e área societária que deveria ser explorada de forma conjunta entre os assentados. Hoje, essa área se encontra individualizada, porém, grande parte dela está arrendada por produtores do Assentamento e fora dele em meio a divisões não adequadas, uma vez que o INCRA não realizou a distribuição correta desta área, que seria em torno de 2,78 ha por assentado, de acordo com as informações contidas no Mapa do Assentamento, apresentado anteriormente.

Uma das maiores críticas dos produtores está relacionada ao tamanho do lote e a sua divisão e, para alguns assentados, a distância do lote societário para a sua produção é de difícil acesso, tanto pela distância, quanto pelo fato de muitos não possuírem meios de transporte (mais de 5 km até o lote societário), sendo, muitas vezes, mais viável o arrendamento, pois a dinâmica do societário nunca funcionou e não possui aprovação dos produtores, conforme descreveram.

Quando se analisa a composição das famílias que moram nos lotes do Assentamento, verifica-se uma maior predominância de 02 a 04 pessoas por residência, conforme apontam os dados apresentados na Tabela 5.

Tabela 5: Quantidade de moradores por família nos lotes do Assentamento Santa Olga.

Quantidade de Pessoas por Lote	Percentuais (%)	Total de Lotes
01	8,9	08
02	34,4	31
03	14,4	13
04	24,4	22
05	5,6	05
06	6,8	06
07	3,3	03
08	1,1	01
09	1,1	01
Total	100	90

Fonte: Dados da pesquisa.

Em 34,4% dos lotes residem famílias compostas por 02 pessoas, 24,4% correspondem a famílias com 04 pessoas e 14,4% com 03 pessoas. Tais dados apontam que muitas famílias possuem filhos residindo no meio rural, porém a sua permanência no campo ainda é incerta. Sobre a composição familiar, destaca-se: esposa, esposo, filhos, pai, mãe, irmãos, sogra, sogro, noras, genros, netas e netos morando no mesmo lote. Dos 66,7% de casados e 14,4% de juntos, chegam a 45,5% os casais com filhos, dos quais 35,5% são meninos e 23,3% são meninas. Além disso, 32,2% dos casais não possuem filhos, que, em sua maioria, são aposentados/pensão, chegando a 59% do total e os demais são formados por separados com filhos, viúvas com netos e irmãos, sendo considerados apenas os residentes nos lotes.

Na Tabela 6 será apresentada a quantidade de moradores residentes no Assentamento, bem como o sexo dos familiares e dos responsáveis pela família.

Tabela 6: Quantidade de moradores residentes no Assentamento e o sexo da população pesquisada.

Sexo	Responsável pela Família		Membros Familiares		População Total	
	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados
Masculino	72,2	65	46,1	95	54,0	160
Feminino	27,8	25	53,9	111	46,0	136
Total	100	90	100	206	100	296

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que o maior percentual de responsável pela família ainda se refere ao homem, com 72,2% dos assentados. Porém, considerando a composição familiar, o feminino se torna mais evidente, representando mais de 53% dos membros da família, como pode ser observado na Tabela 6.

Na Tabela 7 será apresentado o nível de escolaridade dos proprietários responsáveis pelos lotes pesquisados. Encontrou-se um dado alarmante, a falta de instrução escolar de 63,3% de produtores que não completaram o ensino fundamental e outros 10% que são analfabetos. Esse pode ser um dos fatores responsáveis pelas dificuldades em termos de gestão da propriedade.

Tabela 7: Nível de escolaridade dos proprietários responsáveis pelos lotes e demais residentes no Assentamento Santa Olga.

Escolaridade	Responsável pela Família		Membros Familiares		População Total	
	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados
Analfabeto	10,0	09	6,9	12	7,9	21
Ensino Fundamental Incompleto	63,3	57	63,6	112	63,5	169
Ensino Fundamental Completo	4,4	04	1,2	02	2,2	06
Ensino Médio Incompleto	3,3	03	10,8	19	8,4	22
Ensino Médio Completo	16,8	15	11,9	21	13,5	36
Ensino Superior Incompleto	2,2	02	2,8	05	2,6	07
Ensino Superior Completo	0,0	00	2,8	05	1,9	05
Total	100	90	100	176	100	266

Fonte: Dados da pesquisa.

Grande parte dos produtores relata que o pouco estudo está relacionado à vida no campo. Descrevem que tinham que trabalhar com os pais, que não dava tempo para estudar e/ou que não tiveram oportunidade de escola próxima de suas moradias. Dos 35,5% de meninos e 23,3% de meninas, 51% estão estudando em diferentes níveis de escolaridade e 51% auxiliam nas atividades do campo e cerca de 27% possuem atividades de trabalho externa ao meio rural.

O período de moradia no Assentamento, entre 03 e 09 anos, chega a mais de 90% dos assentados. Outro fator relevante constatado é que 80% dos produtores estão no meio rural a mais de 20 anos. Isso mostra que o ambiente rural é intrínseco ao assentado, porém a aptidão ao campo é uma situação bem adversa.

Além da escolaridade baixa, a Tabela 8 apresenta um fator preocupante relacionado à continuidade das propriedades rurais, que é a idade avançada dos produtores no Assentamento. Em sua maioria, cerca de 51,1% dos responsáveis pelos lotes, está acima dos

40 anos, como já evidenciado nos estudos de Godoy (2010) e Camarano e Abramovay (1999) em pesquisa sobre os processos sucessórios para a Agricultura Familiar na região sul do país e em estudos realizados por Sangalli (2013) no Assentamento Lagoa Grande em Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul. Mas, por outro lado, um montante considerável de 44,2% de residentes nos lotes estão na faixa de até 20 anos, fator que leva à reflexão sobre o futuro da agricultura familiar nos Assentamentos, exigindo, para tanto, a efetivação de políticas públicas de fixação do jovem no campo.

Tabela 8: Nível de idade dos proprietários responsáveis pelos lotes e demais residentes no Assentamento Santa Olga.

Níveis de Idade	Responsável pela Família		Membros Familiares		População Total	
	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados	Percentual (%)	Nº de Assentados
De 0 a 20 anos	0,0	00	44,2	91	30,7	91
De 21 a 40 anos	17,8	16	26,3	54	23,7	70
De 41 a 60 anos	51,1	46	21,3	44	30,4	90
61 ou mais anos	31,1	28	8,2	17	15,2	45
Total	100	90	100	206	100	296

Fonte: Dados da pesquisa.

O envelhecimento da população residente no Assentamento Santa Olga é acrescido de uma quantidade significativa de pessoas com pouca força de trabalho. Em muitos casos, os produtores relatam: “não aguento mais trabalhar; estou cansado; tem pessoas que são mais novas e não tem coragem”. Tal aspecto vem evidenciar uma alerta para o futuro das propriedades, bem como para a produção de alimentos na região pesquisada.

No que se refere às origens dos produtores residentes no Assentamento, verificou-se, com a pesquisa, que 31,1% são naturalizados no estado de Mato Grosso do Sul (MS), 35,6% migraram do estado de São Paulo (SP) e 11,1% do estado do Paraná (PR), estados estes que fazem divisa com Mato Grosso do Sul. Os demais produtores, em menor número, são migrantes de regiões como Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Rio Grande do Norte (RN), Rondônia (RO) e Sergipe (SE).

Quando se fala em estado civil dos produtores responsáveis pelas propriedades, um fator chamou muito a atenção durante este estudo. Trata-se da quantidade de viúvas residentes no Assentamento, em virtude do falecimento de seus maridos, e, por conseguinte gostarem de viver no campo. Em sua maioria, das 25 mulheres responsáveis pela propriedade, 40% são viúvas, atingindo 11% do total pesquisado, seguido de 66,7% de casados e 14,4% que se declaram juntos (união estável), contrapondo os estudos de Camarano e Abramovay (1999) que se referem à masculinização no campo.

Diante dos dados analisados sobre as ocupações anteriores dos produtores do Assentamento Santa Olga, 30% dos assentados foram empregados de fazenda, 23,3%, diaristas, 10%, arrendatários e um número bem expressivo de 25,6%, não possuíam nenhum vínculo com o meio rural. Isso fica mais evidente quando perguntado sobre atividades realizadas fora do campo, em que cerca de 67,8% não desenvolveram trabalhos em outros ramos de atividades, mas 32,2% possuem experiência com distintas ocupações/empresas: frigorífico, madeireira, doméstica, motorista, pedreiros, usinas de açúcar e álcool, entre outros. Isso poder ser um dos motivos dos muitos problemas enfrentados nos Assentamentos Rurais, uma vez que é preciso ter vocação agrícola para ser produtor rural.

Segundo dados analisados durante esta pesquisa, o trabalho fora da propriedade no Assentamento Santa Olga se mostra como uma forma de sobrevivência de alguns donos de lotes, pois 36,7% dos assentados possuem trabalhos externos, alegando que “se não trabalhar fora do lote, morrem de fome”, e 63,3% trabalham apenas no lote. Destes que buscam trabalho fora da propriedade, muitos deles desenvolvem atividades assalariadas no município de Nova Andradina e região, como: motorista, auxiliar de produção, desossador, servente de pedreiro, tratorista, operador de máquinas, vendedor de roupas, doméstica, mecânico, além de atividades desenvolvidas no próprio Assentamento, como diárias e demais construções. Em alguns casos, o que se observa é que os lotes servem apenas para moradia da família.

A Tabela 9 apresenta a renda mensal dos produtores, de acordo com seus rendimentos dentro e fora da propriedade.

Os dados apresentados na Tabela 9 representam o nível de poder aquisitivo dos produtores em função de suas rendas mensais. Pode se verificar a maior representatividade, cerca de 52,2% de famílias que recebem entre 02 a 03 salários mínimos. Estes valores são formados não só pelas atividades do campo, como também de aposentadorias/pensão e de outras atividades, dentre elas: a de diarista, comércio, arrendamentos, bolsa família e rendas de atividades não agrícolas, autônomos e demais rendas de integrantes da família que desenvolvem atividades externas para manter o bem estar da família, uma vez que relataram

que: “somente do lote não é possível sobreviver, pois o tamanho é pequeno e não permite maiores rendas”.

Tabela 9: Rendimentos mensais das famílias residentes no Assentamento Santa Olga.

Salários Mínimos (S M)	Percentuais (%)	Total de Produtores
Até 01 S M	2,2	02
Mais de 01 S M a 2 S M	24,4	22
Mais de 02 S M a 3 S M	52,2	47
Mais de 3 S M	21,2	19
Total	100	90

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 10 evidencia a composição dos rendimentos das 90 propriedades pesquisadas, de acordo com suas fontes. Um dado muito relevante é o percentual de famílias que recebem aposentadorias/pensão, que chega a 50% do total. Além disso, em 38,9% dos lotes há algum tipo de rendimento proveniente de atividades não agrícolas. Destaca-se, ainda, que em 93,3% dos lotes há algum tipo de renda proveniente de atividades do campo, o que significa que em 7% dos lotes não há renda dessas atividades.

Tabela 10: Fontes de rendimentos das famílias residentes no Assentamento Santa Olga.

Fontes de Rendimentos¹	Percentuais (%)	Total de Produtores
Renda das Atividades do Campo	93,3	84
Renda de Aposentadoria/Pensão	50,0	45
Diarista	17,8	16
Comércio	2,2	02
Arrendamento	12,2	11
Bolsa Família	13,3	12
Renda de Atividades Não Agrícolas	38,9	35

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: ⁽¹⁾ Algumas famílias recebem rendimentos de diferentes fontes.

Os rendimentos de aposentadoria/pensão são expressivos e se correlacionam com a idade dos assentados, conforme os dados apresentados na Tabela 8. Contudo, a renda das atividades do campo se torna apenas complemento para estes casos de aposentadoria/pensão e atividades não agrícolas, que compreendem as atividades externas da propriedade, conforme já mencionado. Tais aspectos colocam um importante alerta em formato de questionamento: Será que o lote, no contexto abordado durante esta pesquisa, é apenas uma moradia ou parte do processo de reforma agrária para a produção de alimentos? Para Schneider (2003), a pluriatividade é decorrente de fatores externos aos pequenos produtores e esta prática, de diferentes atividades, depende das decisões dos responsáveis da família. Como, por exemplo, o mercado de trabalho não agrícola, que mantém a moradia no campo, ligada à unidade produtiva e a vida no espaço rural, assumindo formas distintas de reforço de renda na unidade de produção familiar, ou até mesmo, optando pelo abandono da atividade agrícola.

A seguir será apresentado um desenho analítico dos rendimentos mensais e quais suas fontes de rendas, de acordo com a quantidade de produtores supracitados na Tabela 9, demonstrando o percentual de cada fonte e sua dimensão na receita dos assentados.

Neste contexto, a Figura 4 apresenta a composição das fontes de rendimentos dos assentados de até 01 salário mínimo (S M).

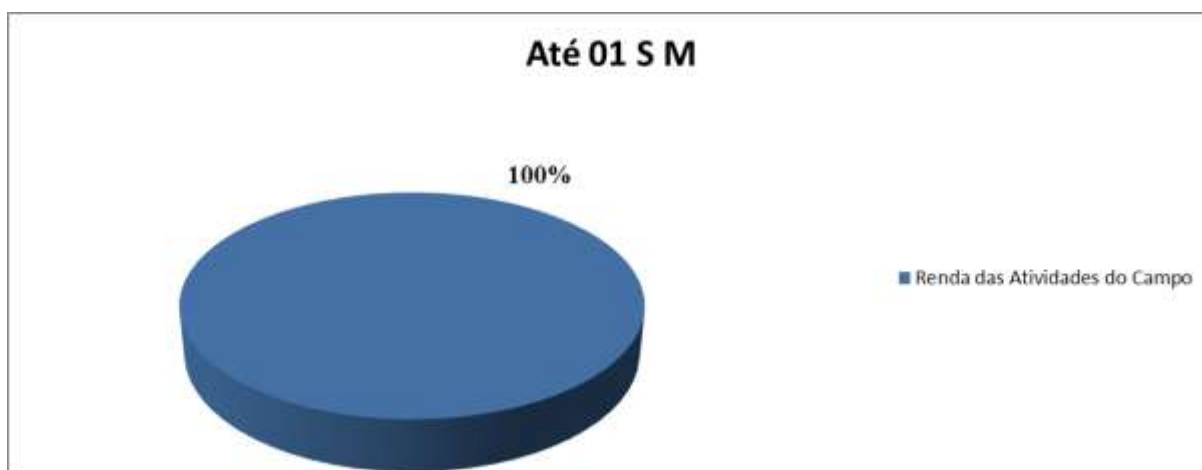


Figura 4: Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (até 01 S M).

Fontes: Dados da pesquisa.

A Figura 4 destaca que os assentados que possuem rendimentos de até 01 salário mínimo são provenientes de atividades do campo, indicando uma baixa receita para a família, bem como o uso produtivo do lote.

No que se refere à composição de rendas das famílias, mostra-se, na Figura 5, os percentuais de rendimentos de 01 a 02 salários mínimos, de acordo com as fontes de rendas dos assentados.

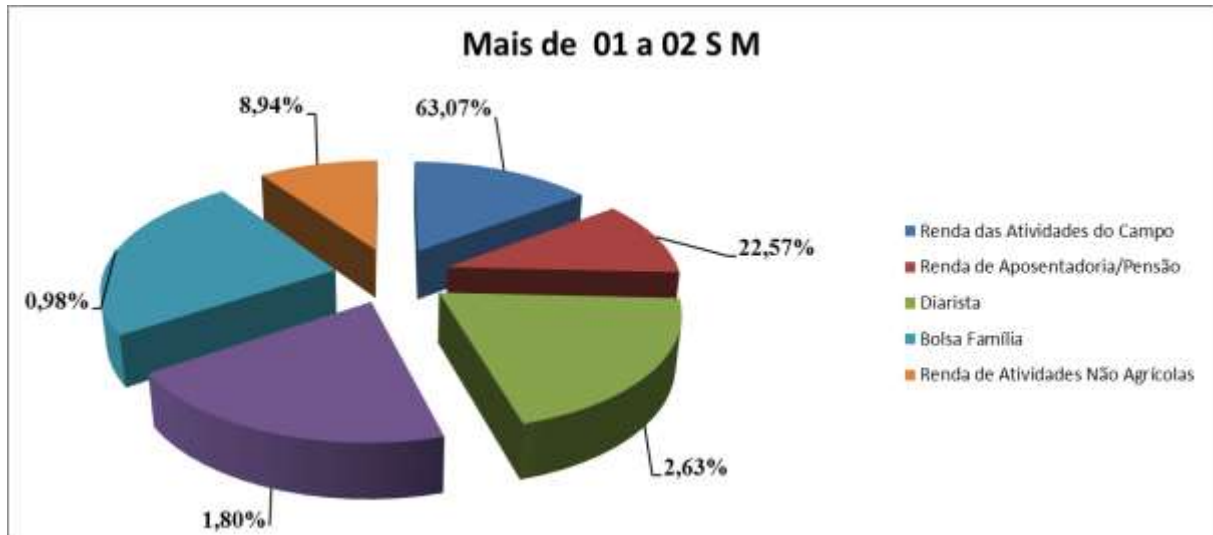


Figura 5: Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (Mais de 01 S M a 02 S M).

Fontes: Dados da pesquisa.

Dos entrevistados, a Figura 5 evidencia que mais de 22% dos 45 produtores que auferem o benefício de aposentadoria/pensão recebem de 01 a 02 salários mínimos e, ainda, o início da participação de rendas de atividades não agrícolas que representam 8,94% do total de 35 assentados.

A Figura 6 apresenta a composição das fontes de rendimento de 02 a 03 salários mínimos dos assentados, que representa o maior quadro de rendimentos das famílias do Assentamento Santa Olga, com 52,2% dos produtores.

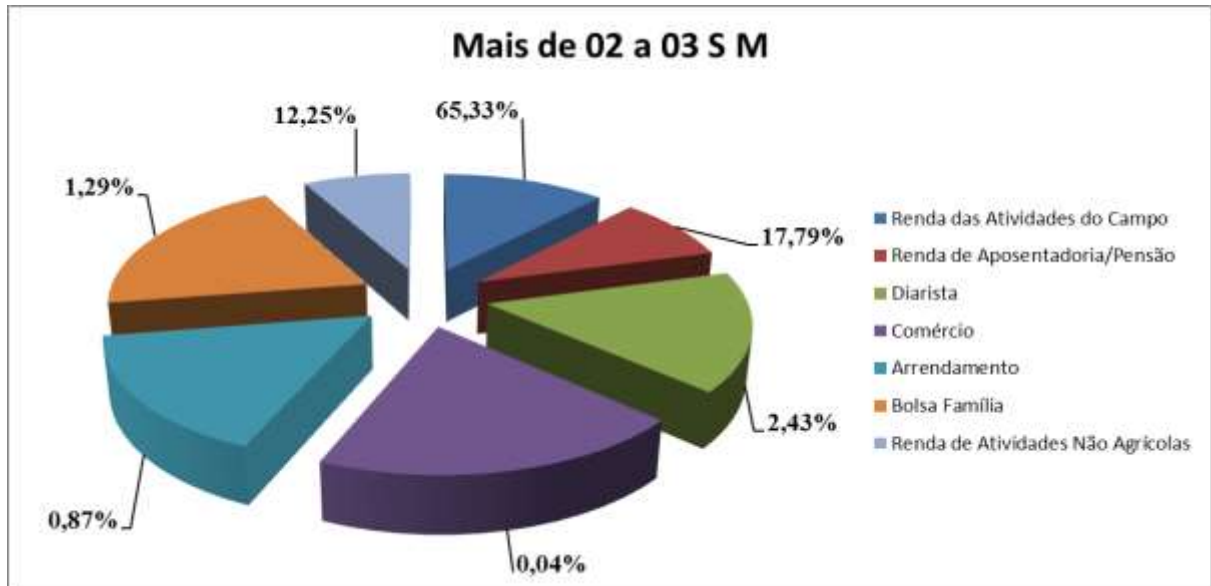


Figura 6: Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (Mais de 02 S M a 03 S M).

Fontes: Dados da pesquisa.

A evidência, apresentada pela Figura 6, direciona que os maiores rendimentos recebidos pelos produtores estão na faixa salarial mensal de mais de 02 até 03 salários mínimos, onde 12,25% destes rendimentos são provenientes de atividades não agrícolas, seguido de 17,79% de aposentados/pensão e somente uma parcela pequena de 2,43% derivado das atividades de diaristas.

A Figura 7 destaca a composição das fontes de rendimento com mais de 03 salários mínimos, que representa apenas 21,1% dos produtores do Assentamento Santa Olga.

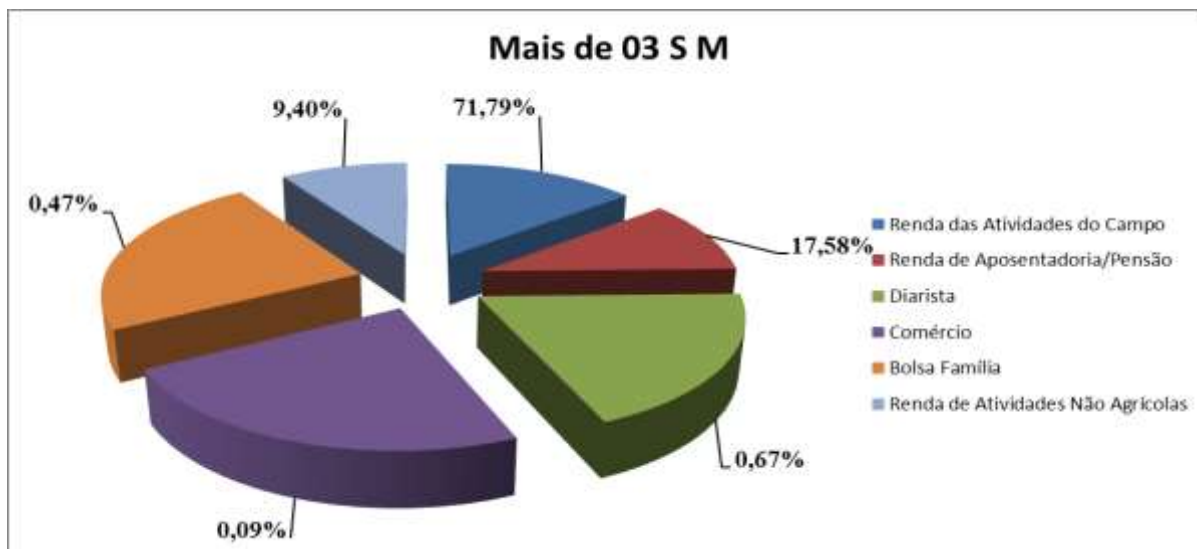


Figura 7: Composição das fontes de rendimento de acordo com o nível salarial mensal (Mais de 03 S M).

Fontes: Dados da pesquisa.

Na Figura 7 fica evidente que as rendas do campo está presente em todas as composições das fontes de rendimentos, porém mostra-se acompanhada de 17,58% de aposentadorias/pensão e 9,40% de rendas provenientes de rendas não agrícolas, que são valores indispensáveis e decisivos na permanência do homem no campo.

As linhas de crédito, como o PRONAF e outros empréstimos, são pouco utilizadas no Assentamento Santa Olga, pois somente 33,3% dos assentados possuem financiamentos. Uma situação muito interessante é que 20% dos 33,3% não possuem nenhum animal (vacas de leite) do referido financiamento, pois, segundo vários produtores, mudaram suas atividades de renda, relatando que: “foram induzidos a receber o financiamento, de maneira que adquirissem animais de uma determinada raça e um valor de assistência técnica rural nunca existiu e a maioria dos animais não rendeu o esperado”.

Um questionamento quase que unânime advindo dos produtores que estão na condição de segundo, terceiro e quarto proprietários está associado à regularização do lote, pois, segundo eles, sem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, os mesmos não tem acesso às linhas de crédito destinado à Agricultura Familiar, impedindo os investimentos e o aumento de produção. Tal fato é muito prejudicial para o bom andamento das atividades por parte do INCRA e para a entrega de certidões e/ou declarações de posse destes produtores, problema, também, evidenciado nos estudo de Sangalli (2013) no Assentamento Lagoa Grande, em Dourados/MS, que destacou os relatos dos produtores no que se refere à ausência de titularização/certidões dos lotes pelos órgãos competentes, os quais, muitas vezes, são

obrigados a fazer empréstimo de notas fiscais de outros produtores, em caso de vendas externas.

Sobre a produção orgânica no Assentamento, ainda não se tem um entendimento do que realmente esta atividade significa, como ela deverá ser explorada e quais caminhos de sua comercialização por parte de grande parte dos assentados. Tal fato ficou evidenciado nos relatos dos 5,6% de produtores que acreditam desenvolver esta prática, no entanto, se esbarram no quesito “não possuir assistência técnica adequada”. No entanto, muitos deles acreditam que para a saúde e bem estar das pessoas, principalmente das crianças, a produção orgânica é de extrema importância para uma vida mais saudável no lote e fora dele.

A Figura 8 apresenta os produtos, as culturas, os animais e outras atividades do campo que geram renda aos assentados, de acordo com a sua importância e nível de potencialidade nas propriedades familiares, conforme o índice de rendimentos mensais dos residentes do Assentamento Santa Olga.

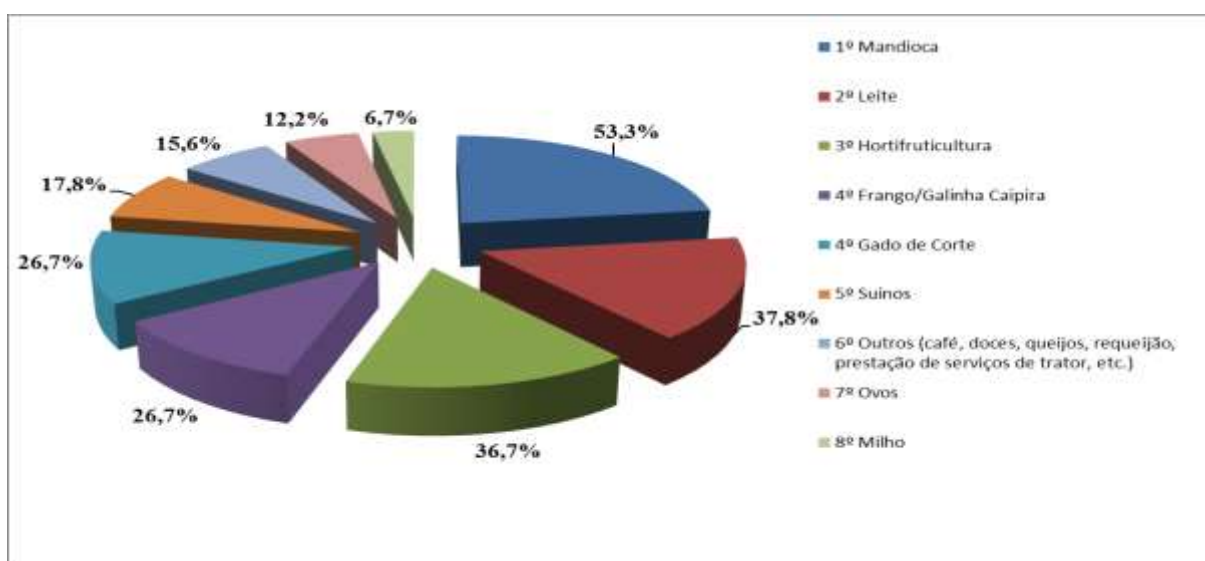


Figura 8: Produtos, culturas, animais e outras atividades do campo que geram renda aos assentados.

Fonte: Dados da pesquisa.

A mandioca é uma das culturas mais desenvolvidas pelos assentados, com 48 produtores (53,3%), em seguida o leite, com 34 (37,8%) e a hortifruticultura com 33 produtores (36,7%), formando a base de sustentação na produção do lote e demais atividades subsequentes.

No que se refere à comercialização da produção dos assentados, algo chama muito a atenção, sobretudo no que se refere à entrega do leite. Foram constatados mais de dois

laticínios que recebem o leite dos assentados por meio de resfriadores que se localizam em lotes receptores, além da Coopaolga, que beneficia o leite dos cooperados para serem entregues nas escolas, somado ao número de muitos produtores que continuam a realizar a venda direta do leite aos consumidores, tanto no Assentamento, quanto nas praças do município e região. Isso se aplica a todos os produtos, culturas, animais e outras atividades de produção nos lotes. Outro dado relevante é que somente 13,3% dos assentados participam de programas de venda pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do PNAE, e os demais produtores não participam, pois alguns não possuem os documentos necessários para se habilitar ao programa (a DAP) e outros questionam a diretoria da cooperativa e a maneira como são conduzidos os trabalhos e as negociações. Por isso, a comercialização informal se predomina.

A gestão das empresas é um fator decisivo no mundo dos negócios e nas propriedades rurais isso não é diferente. Contudo, somente 26,7% dos assentados pesquisados possuem algum tipo de controle das despesas e receitas de sua propriedade, se considerado desde anotações em cadernetas até controles de cabeça ou alguma forma de saber o que se ganha e o que se gasta. E, ainda, a gestão contábil é realizada, em sua maioria, por escritórios de contabilidade de Nova Andradina e Batayporã, chegando a 42,2% do total de produtores que possuem produção e vendas externas com emissão de nota fiscal.

No que se refere à descrição do lote, as casas são de alvenaria, com área reservada para a sede entre 600 m² a 1000 m². A maioria dos lotes é cercada com arame liso, possui curral, ordenha, trituradores, choque elétrico, resfriador de leite, carroça, trator, barracão de madeira (paiol), galinheiro, chiqueiro, trator, implementos agrícolas, veículos automotores e alguns com irrigação e horta. A origem da água é a rede do próprio Assentamento (poço artesiano), com alguns casos isolados de produtores que possuem poços artesanais e poço comum (poço caipira). Certo número de produtores reclama que a água do poço do Assentamento não chega até o lote e, ainda, 13,3% dos assentados possuem arrendamentos em outros lotes do Assentamento, em especial um, que chega a ter 09 lotes arrendados para a criação de gado de corte, o que, de acordo com o INCRA, é ilegal, uma vez que os proprietários não podem vender e/ou arrendar o lote a outra pessoa e/ou assentado.

4.3 Caracterização de Sucessores e Não Sucessores do Projeto de Assentamento Santa Olga e a Gestão Organizacional dos Assentados.

Nesta etapa da pesquisa se discutirá a questão principal deste estudo, a sucessão da gestão no bojo familiar de cada lote diante das perspectivas atribuídas pelos seus responsáveis. Também serão destacadas as práticas realizadas para preparar o futuro sucessor da propriedade e, ainda, o que está sendo feito e a provisão de passar o bastão da gestão dos negócios familiares para que a continuidade da propriedade se concretize.

A Figura 9 apresenta o percentual de produtores que estão preparando, de alguma forma, seu sucessor, seja por meio de auxílio nas atividades do campo ou participando das decisões dos negócios. É possível observar que dos 90 lotes pesquisados, somente 30 produtores responsáveis pelos lotes se declaram com alguma intenção e/ou perspectiva de conduzir a propriedade às suas futuras gerações e/ou pessoas que possam dar continuidade as atividades. E, ainda, alguns produtores relatam que: “os filhos tem que dar continuidade, pois conquistamos com muita luta o pedaço de terra”, porém a aptidão de cada sucessor pode diferir da aptidão do responsável.

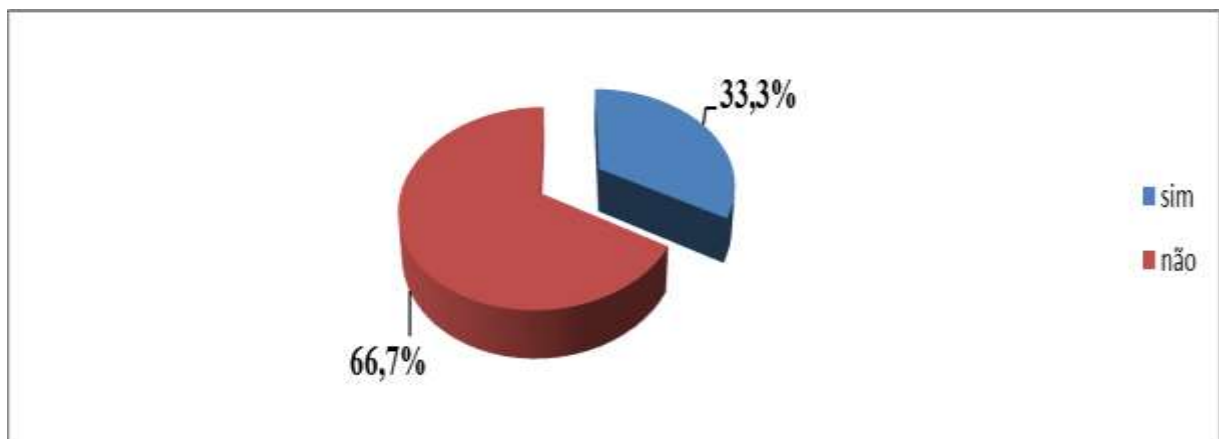


Figura 9: Percentual de Produtores do Assentamento Santa Olga que estão preparando um Sucessor para a Gestão da Propriedade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que 66,7% dos responsáveis pelos lotes, que corresponde a 60 produtores, não estão preparando nenhum sucessor, fator preocupante diante de um Assentamento com uma população acima dos 41 anos de idade, o que gera uma incerteza em relação à continuidade da propriedade como fator de produção na Agricultura Familiar. Os motivos mais frequentes da

não preparação é que os filhos já estão casados, moram em outras localidades, não possuem identidade com a vida no campo, estão bem empregados, nunca pensaram nisso ou não sabem o que irão fazer e, ainda, um deles relatou que: “nem eu estou preparada para tocar o lote”. Para Lodi (1987) e Costa (2006) o responsável pela propriedade deve saber quando vai ocorrer a sucessão, quem será o sucessor e/ou sucessores e de que maneira isso vai ocorrer, lembrando que todo este processo sucessório deve acontecer de maneira gradual e com antecedência ao término da gestão do proprietário.

Dos responsáveis que estão preparando sucessores, 86,7% dos preparados é do sexo masculino, dividido entre filhos (93,3%) e netos (6,7%). Somente 13,3% são do sexo feminino, com destaque para as filhas dos responsáveis. Os dados revelam que a predominância masculina no campo, como provedor, é pertinente desde os responsáveis da família, ficando para as filhas o papel de outras atividades, como serviços domésticos e/ou até mesmo a saída da vida no campo, conforme mencionado nos estudos de Brumer e Anjos (2012) e Stropasolas (2013) em estudos referentes às questões de gênero no âmbito familiar.

Dentre os futuros sucessores, de acordo com os responsáveis pela família que estão sendo preparados para substituí-los na gestão da propriedade, 56,7% possuem até 20 anos de idade e os outros 43,3% estão entre os 21 e os 40 anos. O fato de o maior percentual de sucessores possuir idade até 20 anos justifica, de certa forma, a questão “se o mesmo está preparado para assumir a gestão da propriedade”, pois 56,7% não estão preparados para assumir a gestão do lote, segundo afirmam seus responsáveis: “somente depois da minha morte, irei transferir a propriedade para o meu filho”.

Carneiro (2001) comenta que são os responsáveis que devem transmitir a propriedade às futuras gerações e, ainda, Ricca (2007) ressalta que os proprietários devem envolver o sucessor nas atividades e operações do lote, para que suas aptidões e estímulos à vida do campo sejam atribuídos cotidianamente as suas habilidades com as atividades agrícolas, propiciando o processo sucessório da propriedade. Cerca de 90% dos sucessores que estão sendo preparados são compostos por apenas 01 sucessor (a), divididos em 70% de solteiros, 26,7% de casados e 3,3% de juntos. Destes sucessores, 83,3% moram com os pais na propriedade e os demais, 16,7%, residem em centros urbanos da região, são os casos dos filhos já casados que possuem atividades não agrícolas.

A Figura 10 apresenta o nível de escolaridade dos sucessores, de acordo com os responsáveis pelo lote. Ao correlacionar esses dados com a idade supracitada, é evidente que os percentuais de maior relevância sejam de ensino fundamental incompleto e médio incompleto, que representam 56,7% de possíveis sucessores que têm até 20 anos de idade.

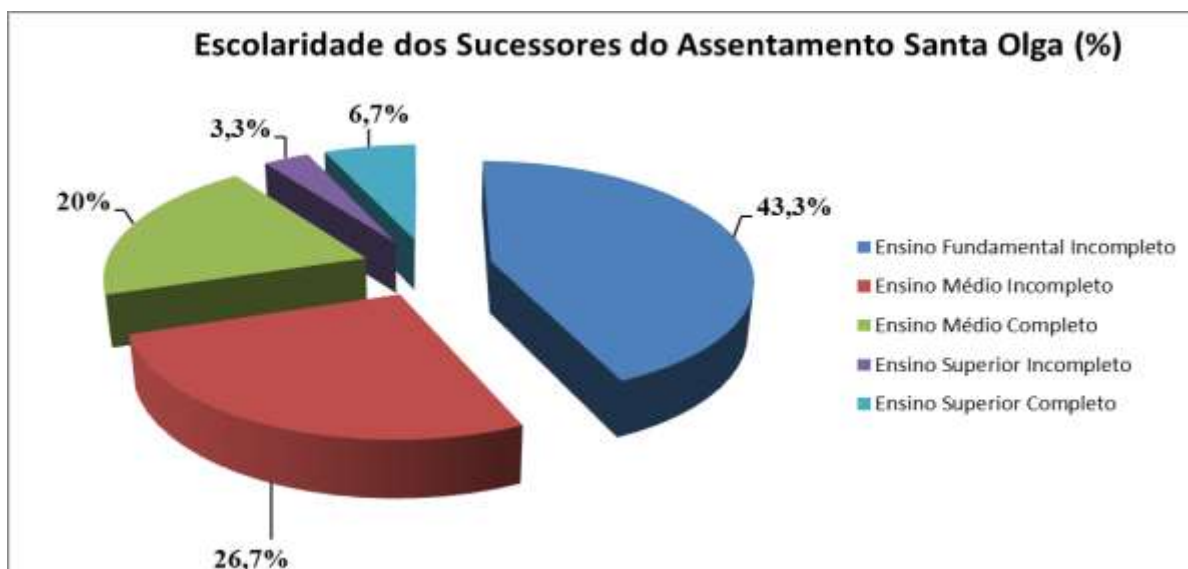


Figura 10: Nível de Escolaridade dos possíveis Sucessores do Assentamento Santa Olga.

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se que 20% dos possíveis sucessores do Assentamento Santa Olga estão no término dos estudos de formação básica, fator que deve ser considerado como momento de transição entre a busca do jovem por qualificação profissional e as atividades do campo.

A Tabela 11 mostra a ocupação atual do possível sucessor, que além de ser estudante, exerce demais atividades agrícolas e não agrícolas, como pode ser observado.

Tabela 11: Ocupação atual dos possíveis sucessores no Assentamento Santa Olga.

Ocupação Atual	Percentuais (%)	Total de Sucessores
Estudante	6,7	02
Estudante e Auxilia no Lote	43,3	13
Auxiliar no Lote	10,0	03
Trabalha Fora (assalariado, outros)	6,7	02
Trabalha Fora e Ajuda no Lote	33,3	10
Total	100	30

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados da Tabela 11, têm-se a dimensão de atuação do sucessor na gestão e/ou na produção efetiva do lote. Verifica-se que somente 53,3% estão ligados diretamente à propriedade, contabilizando apenas 16 possíveis sucessores. Por outro lado, 40% destes produtores estão vinculados a atividades secundárias e/ou não agrícolas, em que a atividade no lote não corresponde como a principal renda, mas como complemento desta. Segundo Lodi (1987), Costa (2006) e Ricca (2007), a sucessão inicia-se no berço familiar. Entretanto, ao analisar esses dados, não se pode confirmar que todos os possíveis sucessores, assim designados pelos responsáveis, possam realmente representar um futuro na gestão da propriedade.

De acordo com os responsáveis pelo lote, 83,3% dos futuros sucessores participam da gestão da propriedade, sejam auxiliando diretamente nas atividades ou compartilhando das decisões da propriedade. Os proprietários relataram que a partilha do lote será realizada de forma igualitária, com 90,9% dos responsáveis. Porém, alguns ressaltaram que seguirão para a divisão, de acordo com os critérios estabelecidos pelo INCRA.

Ao serem questionados sobre a permanência dos filhos no campo, 88,8% dos respondentes gostariam que os filhos ficassem no campo. Ademais, destacaram alguns itens, como: sua luta pela terra, ser mais saudável, sempre ter morado no campo, ar puro, ser mais seguro para viver, mais sossegado, morar na cidade é mais perigoso e não tem liberdade, querem os filhos junto da família, em especial dois relatos: “a vida do campo é mais saudável”; “na cidade é escravo da profissão”, e outro: “se todo mundo for para a cidade e o campo como ficará? Pois é ele quem alimenta a cidade!”. Mas, 11,2% gostariam que os filhos estudassem e buscassem uma vida melhor, menos sofrida e que tenha uma renda maior, uma vez que a propriedade é pequena e não tem como todos ficarem no mesmo espaço, segundo afirmou um dos entrevistados: “não consegue viver do lote, tem que trabalhar fora”.

No que tange ao questionamento sobre qual destino pretende dar a propriedade, caso não ocorra à sucessão, os responsáveis pelos lotes expressaram repostas distintas entre si, sendo realizada uma divisão dos itens na forma em que está apresentado na Tabela 12. Por meio destas repostas, pode-se compreender qual o destino a ser dado pelos produtores em relação ao futuro da propriedade, que vai além da sucessão, compreendendo, também, a própria a produção de alimentos.

Tabela 12: Destino das propriedades, a partir das repostas dos Responsáveis pelos lotes do Assentamento Santa Olga, caso não ocorra sucessão.

Caso não ocorra a Sucessão da Propriedade	
Respostas	Percentual (%)
Vender o lote	8,8
Doação para irmão/parente	2,2
Não sabe/não pensou no futuro	21,1
Não pretende vender	56,6
Acha que alguém vai tocar (filhos, netos, esposa)	36,6
Ficar até o fim da vida	54,4
Devolução ao INCRA	2,2
Trocar em bens/arrendamento	3,3

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que o lote é uma morada eterna para os responsáveis, tanto que o mesmo percentual que não pretende vender é próximo daqueles que irão ficar até o fim da vida. Mas, o gostar do campo, relatado pelos produtores, retrata uma condição de sucessão quase que inexistente e, em alguns casos, tem-se os seguintes discursos: “vender, eu não quero; algum filho toca; não repasso pra ninguém; tem que ficar até fim, até a morte; não sei, vender jamais; enquanto eu estiver vivo, irei morar no campo; não pretendo vender; o destino fica com a família”. Relatos como esses são frequentes nesta pesquisa, em que o futuro e/ou a sucessão da gestão da propriedade está em “eu acho que alguém vai tocar” e “eu nunca pensei nisso”. Como pode ser observado na Tabela 12, trata-se de percentuais expressivos dentro de uma temática que deve ser tratada com precocidade no âmbito familiar, visando designar e preparar o futuro sucessor na propriedade.

Como já mencionado na descrição do Projeto de Assentamento Santa Olga, o mesmo possui uma cooperativa e uma associação, que têm por objetivo estabelecer a cooperação entre os assentados, buscando parcerias com fornecedores de suprimentos para a criação de gado, plantio de mandioca e leite, assistência técnica rural, entre outros, conforme, também, salientou os estudos de Vilpoux (2014), que tratou da cooperação nos Assentamentos na região do centro-oeste do Brasil. Logo após a análise dos dados levantados na pesquisa,

percebeu-se uma abstenção elevada em termos de participação nas organizações coletivas do Assentamento, conforme apresentado na Tabela 13.

Tabela 13: Análise de participação dos assentados na Associação/Cooperativa do Assentamento Santa Olga.

Participação (Associação/Cooperativa)	Percentual (%)	Total de Produtores
Associação	16,7	15
Cooperativa	12,2	11
Não participa	60,0	54
Participa das duas	11,1	10
Total	100	90

Fonte: Dados da pesquisa.

O percentual de não participantes tanto em Associação quanto em Cooperativa é de 60%, e os motivos são os mais diversos: não recebeu convite; formam pequenos grupos; não possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP; discussões com as diretorias; regularização dos lotes; falta de tempo; acham que as pessoas na direção não são capacitadas; entre outros. Por outro lado, os produtores que participam da associação ou da cooperativa ressaltam alguns benefícios, dentre eles: discutir melhorias para o Assentamento e assentados; implementos agrícolas, como o trator, com preço mais barato e acessível a todos; entrega e comercialização dos produtos de forma garantida e segura; participação no PNAE com a união dos produtores visando mais oportunidades de melhoria da produção e desenvolvimento do Assentamento. Alguns relatos expressam a importância da cooperação entre os produtores: “deve-se participar pensando na melhoria da propriedade, acesso a trator e implementos, reivindicar suas necessidades; visão de renda e melhoria no valor do produto; buscar melhoria e funcionamento do Assentamento”.

No que se refere à assistência técnica, é possível observar na Figura 11 o quadro atual de recebimento dessa assistência por parte dos assentados do PA Santa Olga.



Figura 11: Percentual de Recebimento de Assistência Técnica Rural dos Assentados do PA Santa Olga.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Figura 11 comprovam que é muito deficiente a política de assistência técnica rural. Os resultados desta pesquisa mostraram que o seu acesso é para poucos, pois, em um Assentamento com 10 anos de criação, 80% dos produtores relataram que nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica, o que é algo desconcertante frente à dimensão de um Projeto de Assentamento e no que tange à vida econômica, social e política das famílias ali assentadas.

É sabido que órgãos governamentais, como o INCRA, devem realizar chamadas públicas para formalizar qual assistência técnica rural será a responsável pelo trabalho nos Assentamentos. Aqueles produtores que recebem assistência técnica rural são assentados cooperados à associação e à cooperativa do assentamento Santa Olga, que recebem visitas do SEBRAE, da AGRAER e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Integrado – SEMDI, de Nova Andradina. No entanto, vários outros produtores, que também são filiados às organizações coletivas do Assentamento, não compartilham deste serviço de orientação técnica na propriedade, alegando desconhecer este serviço e sua disponibilidade. Logo, é preciso destacar que a assistência técnica é peculiar a cada região e produtor, devendo atendê-los de acordo com as suas necessidades, como bem evidenciou os estudos de Batalha (2012).

A Tabela 14 apresenta as divisões de categorias, elencando os pontos mais importantes das dificuldades enfrentadas nos lotes, e quais as principais melhorias e sugestões pontuadas pelos assentados.

Tabela 14: Dificuldades enfrentadas nos lotes do Assentamento Santa Olga e as melhorias sugeridas pelos assentados.

Dificuldades enfrentadas nos lotes	Percentual	Sugestões e Melhorias	Percentual
Regularização do Lote (INCRA)	24,4	Instalar Posto de Saúde	12,2
Emissão da DAP	16,6	Possuir Transporte Coletivo	12,2
Assistência Técnica Rural	26,6	Cooperativa/Associação mais ativa	16,6
Renda/Lote Pequeno	22,2	União dos Assentados	16,6
Risco de Roubo	3,3	Coleta Seletiva do Lixo	2,2
Acompanhamento/Apoio (INCRA)	37,7	Poço Artesiano nos Lotes	6,6
		Possuir Escola Pública	7,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando as dificuldades dos assentados, nota-se que a regularização do lote pelo INCRA daqueles que estão sem a documentação de posse do lote – que adquiriram de terceiros, o que corresponde a mais de 30% da pesquisa – ficam impedidos da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que lhes dá o direito de participar dos programas de venda pública e o acesso a linhas de crédito da Agricultura Familiar. Esta regularização é um dos maiores entraves dos assentados no que concerne a investimento, produção e comercialização de seus produtos, como um deles bem relatou: “estamos de mãos amarradas sem a DAP”. Além disso, a assistência técnica rural é muito deficiente. Como já mencionado anteriormente, cerca de 80% dos produtores nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica, sendo esta uma das muitas dificuldades para os 26,6% dos produtores – que passam por problemas na horta e/ou com o gado e que não possuem conhecimento técnico – procurar um vizinho ou até mesmo uma casa agropecuária para sanar seus problemas em respostas consideradas não especializadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa traçou um panorama da sucessão da gestão na Agricultura Familiar, objetivando destacar as perspectivas de continuidade das propriedades rurais no Assentamento Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina. Para tanto, ressaltou a visão do responsável pela família, que é o formador de opinião e o detentor de condutas das atividades no campo, bem como sua subsequência aos possíveis sucessores ou a qualquer outro destino daquelas propriedades.

Foram observadas várias histórias e posturas de produtores no que concernem à transmissão da propriedade e/ou até mesmo à preparação de futuros sucessores ou não sucessores. Destacam-se relatos, como: “eu nunca pensei nisso”; “porque ele gosta e não tem outro para tocar”; “quero uma vida melhor para meus filhos”; “os filhos não tem interesse”; “não depende da terra para viver”; “acredita que o filho fica no lote, para ficar longe do perigo da cidade”; “não tem fundamento os filhos ficarem no campo, tem que estudar e ir embora, senão passam fome”; “filho quer morar no lote, mas a renda que garante a sobrevivência vem do emprego da cidade”; “utiliza o lote muitas vezes para lazer e moradia”; “enquanto aguentar trabalhar, não transfere a propriedade”; “o filho está sendo preparado por meio de conversas, entretanto, deixa claro que ele não tem juízo e pouco se envolve na produção”; “os filhos moram em outras regiões e não tem interesse”; “não tem ideia de quando vai transferir a gestão do lote”. São relatos de produtores que interpretam o futuro da propriedade como algo incerto e sem muitas perspectivas no que se refere a um possível sucessor.

O que se nota no processo sucessório não é apenas a falta de conhecimento por parte dos produtores quanto ao destino a ser dado à propriedade, mas, também, à sua própria situação, como ter um pedaço de terra, uma casa para morar, a luta pela conquista do lote, as dificuldades antes e depois da posse. Aspectos que formam características distintas de um pensamento futuro de ideologia de reforma agrária por meio de um Projeto de Assentamento, em que a renda e o tamanho do lote são questionados por todos os responsáveis, ficando complexo aliar a continuidade da propriedade a um ambiente incerto e conflitante dos próprios proprietários.

Entende-se que a sucessão da gestão na propriedade deve iniciar-se no berço familiar, em que o responsável pelo lote buscaria estimular os futuros sucessores, atribuindo-lhes função junto ao campo e às atividades de acordo com a aptidão de cada um. Fator este pouco explorado no Assentamento pesquisado, pois os possíveis sucessores, em sua maioria, possuem mais responsabilidades externas, em virtude de atividades não agrícolas, do que na

própria propriedade familiar. Logo, além da educação direcionada a juventude rural no campo, é imprescindível a presença ativa do responsável pela sucessão da gestão.

Ao se tratar de rendimento e continuidade da propriedade rural no Assentamento, a necessidade de renda de atividades externas para complemento e/ou até mesmo, na maioria dos casos, como principal rendimento para conseguir estabelecer uma vida confortável ou apenas viver no lote, demonstra a falácia de um segmento tão plausível no país, denotando os vários números expressivos de produção e empregabilidade apresentados, bem como a ineficiência dos programas de apoio ao pequeno produtor rural constatada neste estudo. Neste contexto, o processo sucessório se apresenta mais distante. É por isso, que a atividade do campo está concentrada nas decisões e aptidões de cada produtor responsável, pois, se o próprio responsável sai do campo para trabalhar fora do lote, leva consigo as dúvidas sobre o que se esperar de uma juventude rural e/ou de qualquer outro destino de continuidade na produção da Agricultura Familiar.

Os caminhos e descaminhos do processo sucessório no Assentamento pesquisado se esbarram em questões conflitantes de organização da estrutura dos lotes, uma vez que a divisão do Assentamento foi realizada de forma individual e societária, em que cada produtor possui seu lote e outra parte está localizada em uma área única, denominada de área societária, que não possui controle e seu real objetivo nunca foi consolidado. Sugere-se nas preparações de futuros sucessores levarem em conta, o quadro de estrutura fundiária do país, onde as aptidões dos produtores, as condições climáticas, a fertilidade do solo, as culturas agrônômicas mais apropriadas e a criação de animais de acordo com a demanda da região, impactam diretamente na permanência e continuidade da pequena propriedade rural. Todos estes fatores devem atender a multiterritorialidade de cada assentado, sobretudo as peculiaridades locais e as demandas de produção e comercialização de cada região, gerando formas sustentáveis de permanência do homem no campo e de seus sucessores, proporcionando produção e renda suficientes para a continuidade da propriedade.

As políticas públicas de apoio aos pequenos produtores estão formadas por vários programas, como: ATER, PNAE, PAA, PRONAF, entre outros garantidos por leis, que, na maioria dos casos, não atendem efetivamente os agricultores, conforme ficou evidenciado nesta pesquisa, em que 80% dos produtores nunca receberam nenhum tipo de assistência técnica rural, e, ainda, somente 13,3% participam de programas de venda pública de alimentos. Outro fator relevante é a regularização dos lotes pelo INCRA, seja pela titularidade ou mesmo a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, que dá direito aos produtores de pleitear as linhas de financiamentos e participar das vendas públicas de produtos, e, acima de

tudo, dignidade aos responsáveis das famílias, tornando-os capazes de implementar sua produção e, conseqüentemente, seus maiores rendimentos. Esta regularização é solicitada, com mais veemência, pelos proprietários que estão na condição de terceiros no Assentamento, os quais cobram a regularização por parte dos órgãos competentes, com o intuito de ampliar suas condições de competir no mercado.

Observa-se que a sucessão da gestão na Agricultura Familiar está permeada de fatores internos e externos à propriedade, que condicionam os responsáveis dos lotes a uma sobrevivência diária, antes tida como subsistência da atividade, agora, considerada um fator de estrutura e gestão do negócio, que influencia não só na permanência do atual produtor, mas, também, o futuro da propriedade. Ao nortear a mensuração de preparação do futuro da propriedade em meio a números elevados de produtores que não estão preparando nenhum sucessor, um grande número de aposentados nos lotes se limita apenas a possuir um pedaço de terra e um lugar tranquilo para se viver em virtude da luta e o sossego do campo.

Diante das perspectivas encontradas no processo sucessório das pequenas propriedades deste Assentamento, como fatores de continuidade na gestão dos lotes, sugere-se a importância da triagem de acordo com as aptidões de cada produtor; uma assistência técnica rural que atenda efetivamente todos os assentados; a regularização dos lotes pelo INCRA e/ou órgãos competentes, seja ele de títulos ou as DAPs, atendendo a todos os produtores sem exceção; o responsável do lote deve proceder à preparação do sucessor e/ou o futuro da propriedade enquanto estiver em plena atividade no lote, porém, fatores estruturais familiares e socioeconômicos, relacionados à renda, ao tamanho do lote e a capacidade de desenvolvimento dos responsáveis, demonstram os desafios e a ineficiência da Reforma Agrária no país.

Portanto, os resultados obtidos se entrelaçam no processo sucessório da gestão na Agricultura Familiar e criam subsídios para o complexo estado de sucessão nos lotes de Assentamentos. De maneira gradual e realista e nos moldes de constatação desta pesquisa, quase se pode projetar o futuro deste Assentamento, mediante suas dificuldades, características pessoais e ausência de uma estrutura fundiária de reforma agrária efetiva. Os discursos de posse dos lotes, o seu compromisso com a produção na terra e a formação de futuros sucessores para a propriedade deveriam incentivar, preparar ou atribuir atividades aos jovens e/ou demais pessoas dinamizadas neste processo. Por outro lado, a continuidade da propriedade, sem orientação, pode tornar este modelo de política pública uma regressão na Agricultura Familiar do país.

Por fim, sugere-se uma maior atuação do Estado no Assentamento, sobretudo do INCRA, a fim de conceder a titularidade dos lotes e as DAPs aos assentados, e uma efetiva assistência técnica rural aos produtores, inserindo-os nos programas governamentais e uma melhor governança da propriedade. Sugerem-se também novos estudos sobre a Sucessão da Gestão na Agricultura Familiar, com análises específicas nas mais diversas regiões do país e em diferentes Projetos de Assentamentos. Desta forma, será possível comparar e avaliar as diversas percepções de sucessão da gestão em propriedades familiares, sugerindo políticas públicas eficazes para a redução do êxodo rural no país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar. In: **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro.** 2004.

_____. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Edições Unesco, 1998.

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER. Portaria Conjunta AGRAER/SAD nº. 01, de 15 de fevereiro de 2008. Aprova o Regimento Interno da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER. Campo Grande/MS, 2008. Disponível em: <<http://www.agraer.ms.gov.br/index.php>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, IPEA, 2009.

ANDRADE, E. de S.; DRESCH, L. de O.; TREDEZINI, C. A. O. Circuitos curtos de produção, distribuição e consumo: novas oportunidades de comercialização pela agricultura familiar em Nova Andradina/MS. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v.5, n. 1, p. 42-53, Set. 2011.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios.** - 3 ed.- Revista ampliada e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

BATALHA, M. O. GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Industriais. **Gestão Agroindustrial.** – 3ed. – 6. reimpr. -São Paulo: Atlas, 2012.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são Assentamentos Rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** IICA Biblioteca Venezuela, 1998.

BRASIL. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003. **Diário Oficial da União.** Brasília/DF, 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/gestor/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

_____. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater. LEI nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Na Reforma Agrária – PRONATER. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília/DF, 2010. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.188-2010?OpenDocument>. Acesso em: 03 jun. 2013

_____. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 09 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994. **Presidência da República.** Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 26 mai. 2014.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Presidência da República.** Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.** Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Revogado pelo Decreto nº 3200 de 1999. **Presidência da República.** Brasília/DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 26 mai. 2014.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **REVISTA NERA**, n. 12, p. 6-17, 2012.

BRUMER, A.. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. **Juventude Rural em Perspectiva**, 2007.

BURTON, R. JF; WALFORD, N.. Multiple succession and land division on family farms in the South East of England: A counterbalance to agricultural concentration?. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 3, p. 335-347, 2005.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R.. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **IPEA.** Rio de Janeiro, 1999.

CARNEIRO, M. J.. **Herança e gênero entre agricultores familiares.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, A. J. D.. **Sucessão e sucesso nas empresas familiares.** Curitiba: Juruá, 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURIONI, A. S. **A configuração do êxodo rural no Assentamento Santa Rosa II – Abelardo Luz – SC: uma análise em construção – 1986/2008**. F. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R.. **Agricultura e sustentabilidade**. PLAGEDER, 2009.

D'ALKMIN FILHO, P. S. A, TEIXEIRA, J. C. A agricultura familiar na merenda escolar da rede municipal de Nova Andradina/MS. **Anais XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária em Uberlândia/MG**, nos dias 15 a 19 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1182_1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2013.

DOTTO, F.. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

FACIONI, D.. **Análise da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2013.

FENNELL, R.. Farm succession in the European Community. **Sociologia Ruralis**, v. 21, n. 1, p. 19-42, 1981.

FURLANETTO, A.; TAVARES, A.; PEDROSA, R. A.. 123-Frutos do Cerrado: potencialidades que contribuem para a preservação e geração de renda no assentamento Teijim, Nova Andradina, MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 7, n. 2, 2012.

FURTADO, C.. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Univ of California Press, 1964.

GASSON, R. *et al.* **The farm family business**. Cab International, 1993.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, C. M. T. *et al.*. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. **48 Congresso da SOBER**, Campo Grande/MS, 25 a 28 de julho de 2010.

GRUBBSTROM, A.; SOOVÄLI-SEPPING, H.. Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. **Journal of Historical Geography**, v. 38, n. 3, p. 329-339, 2012.

HAESBAERT, R.. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais: Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 3. p. 1769-1777, 2001.

HANSSON, H. *et al.* Farmers' motives for diversifying their farm business—The influence of family. **Journal of Rural Studies**, v. 32, p. 240-250, 2013.

HELFENSTEIN, A. M. **O programa luz para todos como política pública de desenvolvimento econômico e social nos assentamentos rurais de mato grosso do sul.** Dissertação para obtenção do título de Mestre em Geografia. UFGD, Dourados/MS. 2010.

INWOOD, S. M.; SHARP, J. S. Farm persistence and adaptation at the rural–urban interface: Succession and farm adjustment. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p. 107-117, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Nota 1: **Estimativas da população residente no Município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul, com data de referência 1º de julho de 2014 publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014.** Brasília/DF, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500620&idtema=130&search=mato-grosso-do-sul|nova-andradina|estimativa-da-populacao-2014>>. Acesso em: 02 set. 2014.

_____. Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios, **Censo Agropecuário 2006.** Brasília/DF, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/>. Acesso em: 18 abr. 2013.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Painel dos Assentamentos.** SR 16 – Mato Grosso do Sul. Brasília/DF, 2014. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. **Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – DT, Rel_0227.** Brasília/DF, 23/03/2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. **Histórico da questão agrária.** Brasília/DF, 02/12/2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/historico-da-questao-agraria>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

_____. Superintendência Regional de Santarém. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010.** Santarém/PA, junho de 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/relatorios/relatorios-de-gestao/relatorio_de_gestao_sr30_stm_retificado.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. **Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária: Imóvel Projeto de Assentamento Santa Olga.** Campo Grande/MS, março de 2009. Protocolo nº 278, INCRA/UAD/MS, 14/04/2014, Dourados/MS.

Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – **IPADES.** Desenvolvimento Regional e Local Belém/PA, 2010. Disponível em: <<http://www.ipades.com.br/desenvolvimento-regional-ipades.php>> Acesso em: 01 mai. 2014.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; VIERIA, J. A. N.. Estratégia de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar: O Caso do Condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, nº 1, p. 192-211, 2012.

LAMARCHE, H.. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LODI, J; B.. **Sucessão e conflito na empresa familiar**. São Paulo: Pioneira, 1987.

LOURENZANI, W. L. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras**, v. 8, n. 3, 2006.

_____. A Qualificação em Gestão da Agricultura Familiar: a experiência da Alta Paulista. **Revista Ciência em Extensão da UNESP**. v.4, n.1. 2008.

MARTINS, J de S. A Reforma Agrária no Segundo Mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo soc.** [online], vol.15, n.2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a06v15n2.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2013.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

MAXIMIANO. A. C. A. **Introdução à Administração**. – 7. ed. rev. e ampl. – 2. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2008.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Agricultura familiar garante alimentos e renda em todo o mundo**. Brasília/DF, 14/04/ 2014 Disponível em: <<http://www.aiaf2014.gov.br/portalmda/noticias/agricultura-familiar-garante-alimentos-e-renda-em-todo-o-mundo>>. Acesso em: 01 mai. 2014.

MORAES, R.. Análise de conteúdo. **Educação**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. de. **Teoria geral da administração**. 3. ed. rev. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. **Administração**. 3. ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

NAVARRO, Z, GASQUES, J. G, VIEIRA FILHO, J. E. R. **A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. In: **Agricultura Familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília, 2010.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para os agricultores familiares da região de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v. 30, n. 2, p. 356-360, jun. 2008.

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICCA, D.. **Sucessão na empresa familiar: conflitos e soluções**. Editora CLA, 2007.

SANGALLI, A. R.. **Assentamento Lagoa Grande em Dourados/MS: aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados/MS, 2013.

SANTOS, J. D.. Ocupar, Resistir e Produzir: velhos e novos paradigmas na configuração de assentamentos rurais como alternativa de sustentabilidade. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. v. 8, n.4. Rio de Janeiro, dez./2011.

SANTOS, M.. A natureza do espaço. **Técnica e tempo. Razão e emoção**. v. 2 – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1996.

SANTOS, T. C. F. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local: uma análise do perfil socioeconômico do povoado Vassoural, no município de Paço do Lumiar/MA. **XLIII Congresso da SOBER**. Instituições, Eficiências, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial. Ribeirão Preto. 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. UFRGS Editora, 2003.

SEN, A. K.. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, R. P. Modo de Produção - assentamentos rurais. **Reforma Agrária em Debate**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2011/01/modo-de-producao-assentamentos-rurais.html>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

SILVA, G. G. da *et al.* O ambiente institucional e a execução de projetos em desenvolvimento local e segurança alimentar nos municípios que compõem o CONSAD Vale do Ivinhema em Mato Grosso do Sul. **Anais XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. São Carlos/SP, 12 a15 de outubro de 2010.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Epagri, 2001.

SPANVELLO, R. M. *et al.* A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 2, p. 291-304, 2012.

STROPASOLAS, V. L.. **A crise da sucessão geracional e suas implicações na reprodução social da agricultura familiar**, 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT5/GT5_StropasolasV.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y.. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto sustentação. **Geografia** - Volume 12 - Número 1 - Jan/Jun, 2003.

TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VILPOUX, O. F; OLIVEIRA, M. A. C. de. **Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Curitiba – PR: CRV, 2011.

VILPOUX, O. F.. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. **Land Use Policy**, v. 39, p. 65-77, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B.. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOORTMANN, K.. **Migração, família e campesinato**. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Questionário aplicado no Projeto de Assentamento Santa Olga



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS



QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA OLGA

I – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

Data da Entrevista: ____/____/2014.

1. Nome da propriedade (opcional): _____ Lote nº: _____
2. É proprietário da terra em que produz? () Sim () Não (*se negativa, vá para a questão 3*)
- 2.1 Como adquiriu o lote: () INCRA () Terceiros
- 2.2 Ano de aquisição do lote: _____
- 2.3 É o primeiro proprietário: () Sim () Não
- 2.4 Tem documento de titularidade do lote: () sim () não
- 2.4.1 Caso não possua título, informar qual documento: () DAP () certidão () Outros: _____
3. Qual a sua condição de exploração da terra? () Arrendatário () Ocupante () Outra _____
4. Escolaridade: _____
5. Nascimento: ____/____/____ 5.1 Cidade/estado: _____
6. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Viúvo(a) () Junto(a)
7. Há quanto tempo mora no assentamento? _____ anos ou desde: _____
8. Há quanto tempo trabalha no meio rural? _____ anos ou desde: _____
9. Qual foi sua principal ocupação no meio rural antes do assentamento? () nenhuma () empregado de fazenda () diarista () arrendatário () meeiro () agricultor proprietário () Outra _____
10. Já trabalhou fora do meio rural? () sim () não 10.1 Em que função? _____
11. Comparando a função antes da ocupação do lote com a atual, a situação melhorou? () sim () não
12. Atualmente trabalha fora da propriedade: () sim () não (*se negativa, vá para a questão 13*)
- 12.1 Em qual categoria? () autônomo(a) () assalariado(a) c/carteira assinada () assalariado(a) s/carteira assinada () Outra _____
13. Quantas pessoas moram no lote? _____
- 13.1 Composição da família

Sexo (Masculino/ Feminino)	Parentesco	Idade (anos)	Escolaridade	Estuda (sim/não)	Moradia (campo/cida de)	Principal Ocupação(campo/ cidade)
() M () F				() sim () não		
() M () F				() sim () não		
() M () F				() sim () não		
() M () F				() sim () não		

14. Fontes de Rendimento (em salários mínimos)

Salários Mínimos (S M)	Até 1S M (R\$ 724,00)	De 01 a 2 S M (de R\$ 724,00 a R\$ 1.448,00)	De 2 a 3 S M (de R\$ 1.448,00 a R\$ 2.172,00)	Mais de 3 S M (mais de R\$ 2.172,00)
Renda das atividades do campo				
Renda de aposentadorias/Pensão				
Diarista				
Comércio				
Arrendamento				
Bolsa Família (Outras:				

Renda de atividades não agrícolas (empresa privada assalariado/comissionário)				

15. Utiliza ou utilizou financiamento destinado a propriedade rural: ()sim ()não
15.1 () Quitado () em andamento
15.2 () PRONAF () Outros: _____ 15.3 Período do recebimento (ano): _____
15.4 Destino utilizado o recurso? _____
15.5 Valor atual da dívida: R\$ _____ 15.6 Período que falta quitação: _____

II – CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

16. Área (ha): _____ 16.1. Quanto de área plantada: _____
16.2 Área ocupada pela sede: _____
17. Nº de casas no lote: _____ ()acabada(s) ()semiacabadas(s) ()em construção(s)
18. Material predominante na construção: ()alvenaria ()madeira ()lona ()Outra: _____
18.1 Benfeitorias do lote: _____
19. Origem da água: ()rede pública ()poço comum ()poço artesiano ()nascente ()açude ()Outra _____
20. Tem outra área arrendada? ()sim ()não 20.1 Neste assentamento? ()sim ()não
20.2 Nº lote: _____ 20.3 Tamanho da área arrendada: _____

III – PRODUTOS/CULTURAS/ANIMAIS QUE GERAM RENDA À PROPRIEDADE (por ordem de importância)

21. Consumidos pela família: ()carne ()ovos ()feijão ()verduras ()leite ()mandioca ()frutas ()frango () outras:

21.1 _____
21.2 _____
21.3 _____
21.4 _____
21.5 _____
22. Possui produção orgânica? ()Sim ()Não Porque? _____
Quanto? _____ Quais produtos? _____ Consumo/Comercialização? _____

IV – COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

23. Onde são comercializados? _____
24. Participa ou participou de Programa de venda pública do MDA ou da CONAB? ()sim ()não (se negativa, vá para a questão 28) ()Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ()Programa Aquisição de Alimentos (PAA)
24.1 Qual(is) produto(s)? _____ 24.2 Ano(s) da participação: _____
25. Forma de escoamento da produção? _____
26. Beneficia algum produto no lote? ()sim ()não (se negativa, vá para a questão 28)
26.1 Qual (is)? _____ 26.2 Como? _____
27. O que é necessário para melhorar a agregação de valor aos produtos? _____
28. O que é necessário para melhorar ou facilitar a comercialização e a produção do seu lote? _____
29. Onde é armazenada a produção? _____
30. Existe controle de despesas/receitas da propriedade? 1- Sim () 2- Não () De que forma é realizado este controle? _____
31. É realizado a gestão contábil? ()sim ()não Por quem? _____

V – CARACTERIZAÇÃO DE SUCESSORES/NÃO SUCESSORES NO PROJETO DE ASSENTAMENTO

32. Está preparando alguém para te substituir na gestão da propriedade? ()sim ()não Motivo: _____

(se negativa, vá para a questão 34)

32.1 Sexo ()M ()F 32.2 Idade: _____ anos 32.3 Número de sucessores: _____

32.4 Escolaridade: ()fundamental incompleto ()fundamental completo ()médio incompleto ()médio completo () superior incompleto ()superior completo ()Outros curso: _____

32.5 Estado civil: ()solteiro(a) ()casado (a) () viúvo (a) ()separado (a) () junto (a)

32.6 Moradia: () com os pais na propriedade ()outra propriedade ()urbano ()outro lote do PA

32.7 Origem do cônjuge (quando houver): ()urbano ()rural

32.8 Grau de parentesco do sucessor: ()filho (a) ()neto (a) ()genro/nora () sobrinho (a) () outros: _____

32.9 Ocupação atual do sucessor: _____

32.10 O (s) sucessor (es) participa (m) da gestão organizacional do lote? ()sim ()não Motivo de participar (em) e/ou não? _____

32.11 O sucessor está preparado para assumir a gestão da propriedade? ()sim ()não

33. Em que momento será feita a transferência da gestão? _____

34. A partilha da propriedade será feito de que maneira (igualitária ou não) aos filhos? _____

35. Gostaria que o filho (os/a/as) permanecesse no meio rural? ()sim ()não Por quê? _____

36. Que destino pretende dar a propriedade caso não ocorra à sucessão? _____

VI – GESTÃO ORGANIZACIONAL DO PROJETO DE ASSENTAMENTO E ASSENTADOS (LOTES)

37. O assentamento possui Cooperativa/Associação: ()sim ()não

38. O assentado participa da Cooperativa/Associação: ()sim ()não 38.1 Qual (is) participa: _____

38.2 tempo que participa: _____ 38.3 motivo pelo qual participa e/ou não: _____

39. Como é realizada a divisão de trabalho no lote entre homens e mulheres? _____

40. Recebe assistência técnica: () sempre () eventual () nunca

40.1 Qual instituição: _____

41. Quais são as formas de acesso ao conhecimento a novas tecnologias e capacitações: ()universidades ()dias de campo ()feiras, exposições agropecuárias ()orientação junto a AGRAER ()INCRA () Cooperativas locais/regionais () outras (citar qual): _____

42. Quais foram os investimentos realizados na propriedade desde a posse do lote? ()aquisição de máquinas/equipamentos ()construção e/ou melhorias de benfeitorias ()novas áreas (local/externa) ()terreno e/ou casa no meio urbano ()não houve ()outros (quais) _____

43. Quais são as principais dificuldades enfrentadas nos lotes? _____

44. Está satisfeito com sua vida no projeto de assentamento? ()sim ()não Porque? _____

45. Quais são as suas principais sugestões e críticas para a melhoria das condições de vida dos assentados: _____

Considerações do Entrevistador:
